



GISELE BELLINATI

**A INFLUÊNCIA DA IRMANDADE MUÇULMANA DO EGITO NA POLÍTICA EXTERNA
DO GOVERNO MORSI: DO ENGAJAMENTO POLÍTICO-SOCIAL À CHEGADA AO PODER
(2011-2013)**

João Pessoa, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GISELE BELLINATI

**A INFLUÊNCIA DA IRMANDADE MUÇULMANA DO EGITO NA
POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO MORSI: DO ENGAJAMENTO
POLÍTICO-SOCIAL À CHEGADA AO PODER (2011-2013)**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alan ShaikhzadehVahdat
Ferreira.

João Pessoa, 2015.

B444i

Bellinati, Gisele.

A influência da irmandade muçulmana do Egito na política externa do governo Morsi: do engajamento político-social à chegada ao poder (2011-2013). / Gisele Bellinati. – João Pessoa: UFPB, 2015.

68f.:il

Orientador(a): Prof. Dr. Marcos Alan ShaikhzadehVahdat Ferreira.

Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.

1. Irmandade muçulmana - Egito. 2. Política externa – Mohamed Morsi - Egito. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:327(620)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 2015, no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais da aluna **Gisele Bellinati**, sob orientação do **Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira**, intitulada "**A Influência da Irmandade Muçulmana do Egito na Política Externa do Governo Morsi: do engajamento político-social à chegada ao poder (2011-2013)**",

Pelos Membros da banca foram atribuídas as seguintes notas:

Membro: Prof. Dr. Thiago Lima da Silva

Nota: 9 Assinatura: _____

Membro: Prof. Dr. Túlio Sergio Henriques Ferreira

Nota: 9 Assinatura: _____

Membro: Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira

Nota: 9 Assinatura: _____

A aluna foi APROVADA com a média final de 9,0.

OBS.: _____

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade estudar as ações do grupo da Irmandade Muçulmana do Egito no processo de formulação da política externa do país, no período em que Mohamed Morsi assume o governo do Egito, no ano de 2011. O grupo tem um longo histórico de ativismo político no país, e nas últimas décadas mostrou como sua relevância no cenário político tem crescido. Com a Revolução que depôs o ditador Mubarak do poder em 2011, a Irmandade Muçulmana teve a oportunidade de se destacar e propagar os seus ideais islâmicos dentro da sociedade. Sendo assim, este trabalho propõe a compreensão das atividades da Irmandade Muçulmana no Egito, e como essas ações culminaram em transformações na política externa disseminada por Morsi durante o seu mandato. Para isso, iremos analisar como as ideias e as ideologias de grupos podem influenciar no procedimento de política externa, para assim podermos enfatizar o papel que a Irmandade Muçulmana teve neste processo, e como os seus ideais foram relevantes na formação e desenvolvimento em um dos maiores grupos religiosos atualmente.

Palavras-chave: Irmandade Muçulmana – Egito; Política Externa; Mohamed Morsi – Egito.

ABSTRACT

The current work has the aim to study the Egypt's Muslim Brotherhood group actions in the process of elaboration of the country's foreign policy, at the time Mohamed Morsi takes over the government of Egypt, in the year 2011. The group has an extensive political activism historic in the country, and in the past decades has shown how its significance has grown in the political scenario. With the Revolution which overthrew the dictator Mubarak from the power in 2011, the Muslim Brotherhood had the opportunity to stand out and extend their Islamic ideals inside the society. Thus, this piece of work suggest the comprehension of the Muslim Brotherhood activities in Egypt, and how these actions culminated in changes of the Foreign Policy spread through Morsi during his mandate. In order to do this, we will analyze how ideas and ideologies from groups can manipulate in the procedure of Foreign Policy, so we can illustrate the role of the Muslim Brotherhood in the process, and how their ideals were relevant to the shape and development in one of the major religious groups nowadays.

Key-words: Muslim Brotherhood– Egypt; Foreign Policy; Mohamed Morsi– Egypt.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
METODOLOGIA	14
1.FUNDAMENTOS TEÓRICOS: O PAPEL DAS IDEIAS NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICA EXTERNA	16
1.1 A formulação de política externa e o papel das ideias e percepções	17
1.2 A influência da religião na política externa	20
1.3 O papel da corrente reflexivista na política	22
2. A IRMANDADE MUÇULMANA	26
2.1 Primórdios da Irmandade Muçulmana e a formação das percepções acerca da política nacional e internacional a partir do viés religioso	27
2.2 Os ideais de Hasan al-Banna e Qutb na formação das atividades da IM	29
2.3 Atuação da Irmandade na esfera política	33
3. A ATUAÇÃO DA IRMANDADE MUÇULMANA NA POLÍTICA EXTERNA DO EGITO	37
3.1 A Primavera Árabe no Egito: a vitória da Irmandade	38
3.2 A política externa do governo Morsi	45
3.3 Influência da Irmandade Muçulmana na política externa do governo Morsi...	51
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

Dedico este trabalho a todas as pessoas que me apoiaram, tiveram paciência e acreditaram em mim durante essa jornada. Aos que dedicaram o seu tempo para estar comigo, permitindo que mais uma etapa de minha vida fosse concluída e conquistada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que contribuíram e acreditaram nos meus esforços para a realização deste trabalho. Meus agradecimentos são destinados primordialmente:

Ao professor Marcos Alan, por todo o aprendizado em diversos momentos, paciência e orientação nas diversas dificuldades encontradas.

Ao corpo docente de Relações Internacionais da UFPB, por todo o auxílio e aprendizado nos últimos 4 anos, que sempre me incentivaram e corrigiram meus erros no período da minha formação.

Aos meus amigos, pelo apoio, auxílio e capacidade de trazer paz durante a produção deste trabalho.

Aos meus familiares, pela capacidade de acreditar e me apoiar incondicionalmente em todas as etapas da minha vida.

E a todos que participaram e contribuíram de alguma forma para a minha formação.

We (the Brotherhood) have nothing to do with al Qaeda or Osama bin Laden... we are against violence except when fighting the occupier...When he [bin Laden] fights the occupier then he is a mujahid, and when he attacks civilians, then this is rejected. The word al Qaeda is an American illusion...Bin Laden has a thought ...his thought is based on violence, and we do not approve of violence under any circumstances except one and that is fighting an occupier. We have nothing to do with al Qaeda or Osama bin Laden...we condemn any thought that leads to violence. [...] (AKEF apud IBRAHIM, 2008).

LISTA DE SIGLAS

CSFA - Conselho Supremo das Forças Armadas

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IM – Irmandade Muçulmana

PJL- Partido da Justiça e Liberdade

INTRODUÇÃO

Este trabalho irá estudar o governo de Mohamed Morsi, enfatizando a influência da Irmandade Muçulmana¹ egípcia na política externa do país desde a chegada de Morsi ao governo em 2011. Com a revolução egípcia e a deposição do ditador Hosni Mubarak em 2011, surgiu uma nova oportunidade de mudar o cenário político caracterizado por governos autoritários durante o passado, a partir de novas forças que vieram dominar o cenário doméstico e internacional, como o grupo da Irmandade Muçulmana. Este grupo, existente desde o início do século passado, foi alvo de censura de diversos governos que tentaram banir os membros do território e seus ideais propagados em meio a população egípcia.

Assim, a Revolução egípcia em 2011 liderada por membros da Irmandade Muçulmana, trouxe a possibilidade de eleger um novo representante para o governo egípcio: Mohamed Morsi, um dos integrantes da Irmandade Muçulmana. Apesar do governo de Morsi ter sido ligeiramente breve, ele foi relevante na medida em que trouxe vários elementos relevantes na formulação de sua política externa. As próprias crenças e ideologias que permeavam a sociedade nesse período se mostraram essenciais no processo decisório da política do país. A percepção de grupos como o da Irmandade Muçulmana, característica por seu pensamento fundamentalista², apresenta pensamentos importantes na medida em que influenciam os demais indivíduos da sociedade, através de seus discursos e palestras ministradas pelos membros do grupo para propagar os seus ideais islâmicos tanto no âmbito pessoal do indivíduo, como social e político (BRANDS, 1998); (HABER & IGHANI, 2013).

Sendo assim, o estudo das ideias e ideologias propagadas no cenário doméstico são importantes para o condicionamento da política externa de um país, pois relaciona fatores

¹Além do grupo ser conhecido como “Sociedade dos Irmãos Muçulmanos” ou “Irmandade Muçulmana” popularmente, o nome do grupo oficial em árabe é *al-Ikhwan al-Muslimun* (MITCHELL, 1969)

²O termo “fundamentalista” foi disseminado na década de 1950 e 1960 pela grande parte dos estudiosos que analisaram o ressurgimento da religião no cenário político. O autor Mitchell (1969) em seu livro “The Society of the Muslim Brothers”, traz a discussão do fundamentalismo a partir da Irmandade Muçulmana, ao abordar que o início dessa ideologia remete ao período de crise do islã (no início do século XX), onde os membros da Irmandade trouxeram o princípio de “obediência a Deus”, e de que o islã ia além da vida pessoal. O islã, para eles, era uma obrigação social, e um esforço para a solução de todos os problemas. Sendo assim, o fundamentalismo que Mitchell explana em seu livro, por meio da análise do grupo da Irmandade Muçulmana, diz respeito aos ideais e percepções que tinham de que o islã era a fonte para a vida política e pessoal, onde os próprios muçulmanos deveriam disseminar tais percepções e defender a religião na intitulada “Era da ignorância” do qual estavam vivendo no início do século XX.

subjetivos, (como crenças, opiniões, percepções de mundo, etc.) e objetivos, tais como as relações de poder no âmbito interno, os acontecimentos internacionais, etc. Logo, ao analisar a percepção de um indivíduo ou de um grupo, podemos ver de que modo os comportamentos são coordenados. Embora saibamos que as ideias podem não ser constantes, e que o comportamento do indivíduo pode não ser motivado por elas, tentaremos por meio deste trabalho, analisar o escopo das percepções propagadas pela Irmandade Muçulmana, e se elas condizem de fato com as suas ações planejadas no cenário político.

Especificamente, pretende-se mostrar como a religião pode influenciar o âmbito doméstico e de que modo as crenças podem definir alguns rumos da política externa do país. Apesar do estudo da religião ser algo novo dentro das relações internacionais, tentaremos mostrar neste trabalho um pouco de sua importância através dos estudos de Carolyn Warner e Stephen Walker (2011), além de outros autores que analisam o tema.

Além disso, a análise de discurso será uma ferramenta importante para o estudo das ações da Irmandade Muçulmana, partindo de análises de vários autores que reportaram o destino do grupo no cenário político do país, após a Revolução de 2011. Analisar os relatos deste período em diante é importante, pois foi o ano no qual a Irmandade se consolidou no poder através do Partido da Liberdade e da Justiça ao vencer as eleições parlamentares na liderança de Morsi e conseguir ocupar mais de 70% dos assentos do Congresso. (HABER & IGHANI, 2013).

Ainda, o início do governo de Mohamed Morsi foi caracterizado pela abdicação deste grupo da Irmandade Muçulmana. Mas essa renúncia não significou o fim da luta da Irmandade Muçulmana, mas sim, uma nova oportunidade de ampliar a sua presença no Estado por meio dos ministérios do governo e avançar na sua agenda política religiosa. Esse fator é importante para a discussão futura sobre o papel das percepções da Irmandade Muçulmana na política externa de Morsi (METZGER, 2013).

Sendo assim, este trabalho se dividirá em três capítulos. O primeiro trará o referencial teórico-conceitual dessa monografia, trazendo para a discussão como as ideias e ideologias podem ser relevantes na formulação da política externa de um país. Adicionalmente, será visto como as concepções sobre religião incidem nas relações internacionais.

O segundo capítulo é referente à atuação da Irmandade Muçulmana no cenário político e suas ideologias propagadas desde a volta do grupo ao Egito em meados de 1990, após o presidente Mubarak libertado das principais lideranças do grupo que haviam sido presas na

década de 1980³. Vale ressaltar que o período de maior ativismo político da Irmandade nas últimas décadas ocorreu em meados de 2000⁴, com a fundação do Partido da Liberdade e da Justiça. Sendo assim, a análise desse período será fundamental para o entendimento posterior das ideias disseminadas e das atividades da Irmandade Muçulmana no governo Morsi (HABER & IGHANI, 2013).

Por fim, no capítulo três, será abordado o governo de Mohamed Morsi, apontando a sua chegada conturbada ao governo com o apoio da Irmandade após a Revolução, até a sua deposição em 2013. Neste capítulo, veremos os principais elementos da política externa de Morsi, enfatizando suas principais relações e objetivos perante a Comunidade Internacional. Posto os planos de Morsi em seu novo governo de 2012, passaremos para a análise dos objetivos da Irmandade perante a política externa do Egito, apontando os meios que o grupo utilizou para influenciar a política do presidente egípcio, e as dificuldades que os membros da Irmandade encontraram de propagar os seus ideais no novo cenário em que o Egito se inseria (AKNUR, 2013).

Tal estudo do governo Morsi é importante na medida em que é analisado o contexto em que o presidente subiu ao poder, e guiou as mudanças na política externa do Egito, em seu aspecto social e político. Vale ressaltar ainda, que os fatores de ordem interna são importantes na análise da política externa, pois exibe a diversidade de ideias existentes no Egito, sobretudo a partir das religiões que compõem o país. Segundo dados de 2012, a população egípcia é 90% muçulmana (predominantemente são muçulmanos sunitas) e apenas 10% dela é composta por católicos (católicos ortodoxos, anglicanos, apostólicos, dentre outros) – elemento que pode ter efeito sobre o quanto influente a Irmandade Muçulmana é no Egito (AKNUR, 2013); (CIA, 2012).

³ O aprisionamento dos membros da Irmandade é uma consequência dos governos Nasser e Sadat, que serão abordados mais adiante.

⁴ Apesar de ter expandido a sua influência no meio político a partir de 2000, o trabalho não se focará nos acontecimentos políticos de 2004, pois isso sairia demasiadamente do âmbito dessa pesquisa. O foco será direcionado para a atuação da Irmandade no contexto pós-revolucionário de 2011. Para mais sobre os acontecimentos de 2004, ver KHALIL, 2006, p. 44-52.

METODOLOGIA

Para este trabalho, um dos métodos utilizados é o do estudo de caso para a compreensão dos fenômenos das atividades da Irmandade Muçulmana na Política Externa do governo de Mohamed Morsi, e para avaliar o cenário do período estudado (2012 a 2013). Dentro do estudo da influência da Irmandade Muçulmana na PE (variável dependente), a análise do governo e das políticas de Morsi (variável independente) é essencial para entender as ações da Irmandade e o contexto daquele período, em seu aspecto interno e externo. Logo, através do estudo de caso, pode-se auferir também se há causalidade ou não entre as variáveis utilizadas no processo de pesquisa, além de investigar os problemas do tema em estudo (DEUS; CUNHA; MACIEL, 2011).

É importante frisar, que os planos e interesses de Morsi na política externa do Egito são vistos como variável independente na medida em que pode ou não afetar nas atividades da Irmandade que podem causar influência em sua política externa, através de vários mecanismos: cultura, partidos, instituições, relações externas, etc.. Ou seja, a aproximação de Morsi com Israel e as potências ocidentais podem afetar na influência da variável independente sobre a variável dependente (atuação a Irmandade na política externa). Já as atividades da Irmandade na política externa do Egito através do Partido da Justiça e Liberdade são os fenômenos que procuramos explicar, identificando se há ou não ingerência da variável independente sobre o objetivo explicativo (BENNET & ELMAN, 2007; HOUDAIBY, 2013).

Ainda, esta pesquisa utilizou-se da revisão bibliográfica da literatura que explica sobre como as ideias e a religião podem ser ferramentas para diferentes atores no processo de formulação da política externa. Além disso, a extensa bibliografia utilizada também inclui estudos de caso da Irmandade Muçulmana tendo como referência vários especialistas no assunto como Mitchell (1969), e para compreensão do aspecto mais radical da Irmandade, o estudo do pensador Qutb (1952) torna-se fundamental. Esses estudos nos permitem compreender a trajetória da Irmandade, a partir de sua formação, explanando sobre o contexto em que fora criada e como as mudanças e dificuldades durante as décadas auxiliaram para que o grupo formasse um partido, depositando a sua ideologia islâmica no mundo político.

Também, para a descrição dos recentes eventos da Revolução de 2011 no Egito, foi utilizada nessa pesquisa como fonte, a correlação de notícias e artigos de vários sites internacionais como <www.bbc.com>, <www.aljazeera.com>, <www.foreignaffairs.com>e

<www.theguardian.com>, que têm como objetivo apresentar as diferentes visões e discursos propagados no período em que o movimento social se iniciou no Egito.

É importante colocar também, que este trabalho se utiliza da pesquisa qualitativa de tipo documental, pois a partir dela pode-se averiguar registros e análises de indivíduos e grupos nos quais não temos acesso fisicamente. Para isso, o amplo uso de documentos, como jornais, revistas, obras científicas e relatórios são necessários para se obter respostas às perguntas realizadas neste trabalho. Além disso, este tipo de pesquisa é essencial para a compreensão da mudança de comportamentos e ações de um ator em períodos relativamente longos, pois a análise destes documentos permite que conhecimento seja adquirido a partir do estudo do contexto histórico do período escolhido. Logo, essa metodologia é importante na medida em que a utilizamos para estudar as atividades da Irmandade ao longo do século XX, analisando os seus principais contextos de transformação e influências que o grupo teve em diferentes períodos (GODOY, 1995).

Assim, o estudo realizado também se apresenta como exploratório, já que a principal parte do trabalho se refere ao recorte temporal de 2011 a 2013, que abrange o período da chegada da Irmandade ao poder a partir das eleições parlamentares (e consequentemente Morsi em 2012 nas eleições presidenciais), os eventos da política externa de Morsi, até a derrubada deste em julho de 2013. Por isso, parte da pesquisa da atuação da Irmandade recai em estudos exploratórios, que abordam como a Irmandade agiria se permanecessem por todo o mandato de 4 anos concedido a Morsi (que não foi concluído).

1.FUNDAMENTOS TEÓRICOS: O PAPEL DAS IDEIAS NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICA EXTERNA

O primeiro capítulo deste trabalho tratará da discussão teórica da relevância que as ideias e ideologias possuem no campo de análise da Política Externa. Logo, a primeira seção se foca na maneira em que as percepções dentro de uma sociedade podem trazer grandes transformações. Como já dito anteriormente, o enfoque do trabalho parte da premissa que os ideais de grupos podem ser catalisadores de mudanças no âmbito interno e externo, como ocorreu no próprio Egito a partir da Revolução de 2011 que depôs o ditador Mubarak. Partindo deste viés é possível analisar as mudanças que acontecem no Estado, trazendo vários elementos de ruptura com governos anteriores, e permitindo que novas percepções façam parte da agenda política. Sendo assim, algumas perguntas precisam ser respondidas: como essas percepções e ideais são propagados? Quais entidades são responsáveis por isso? É possível que ideologias de ordem doméstica afetem a política externa do país?

Com o intuito de responder estas e outras questões, atores como Warner e Walker (2011) realizaram um estudo minucioso capaz de evidenciar como as ideias de grupos acabam sendo um fator chave nos fenômenos políticos, como foi o caso de várias ações da Irmandade Muçulmana ao longo do século XX e XXI.

Na segunda seção será analisado o papel da religião no que tange a formulação de percepções e visões do mundo. Afinal, como a religião pode moldar os ideais dos indivíduos? Com os estudos de Warner e Walker podemos ver as diferentes formas de influência que as ideologias de cunho religioso podem afetar e formular decisões no âmbito doméstico e externo, além de poder conduzir tais ideais para outros locais por meio dos diversos atores do Sistema Internacional.

A terceira seção abordará a corrente reflexivista, apontando a sua importância no estudo do papel das ideias na política em geral. Apesar de ter um aspecto subjetivo, é através destes estudos que se torna claro como percepções e pensamentos se concretizam por meio de ações, facilitando o entendimento de como as ações dos atores são formuladas e até transformadas.

1.1 A formulação depolítica externa e o papel das ideias e percepções

Para um estudo minucioso do tema proposto, o primeiro capítulo é dedicado para a explanação de assuntos relevantes dentro do subcampo de Análise de Política Externa (*ForeignPolicyAnalysis*), nos quais são vistos que diversos fatores podem influenciar o processo de formulação da política externa de um país. Um dos temas enfatizados neste trabalho será o do papel das ideias e ideologias e de que modo elas podem influenciar na forma que a política externa é guiada. Elementos de ordem doméstica e externa serão importantes para a análise destas variáveis.

Após a Revolução popular, o início do governo Morsi em 2011, mostrou que as ideias e ideologias implantadas dentro de uma sociedade podem ser fatores cruciais na ruptura ou continuidade da política de um país. Antes de chegar ao poder, Morsi era apoiado pelo grupo da Irmandade Muçulmana, desde 2004, período no qual os membros da Irmandade fundaram o partido da Justiça e Liberdade. Porém, em 2011, a relação entre Morsi e a Irmandade Muçulmana se tornou conturbada, principalmente em relação ao destino da política externa do país, pois Morsi almejava pela continuidade da política externa disseminada no governo Mubarak, ao tempo que a Irmandade optava por uma nova agenda na política externa do país. Logo, a análise da política externa a partir da perspectiva dos ideais propagados por grupos influentes, tais como o da Irmandade Muçulmana é importante para o estudo do caso, uma vez que destaca como se deu a sua influência no cenário político do Egito. Por meio dessa análise podemos tentar obter respostas para a pergunta: Como a Irmandade Muçulmana alterou os rumos da política externa defendida por Morsi? A partir do estudo da dimensão subjetiva, das ideias e do papel da religião na sociedade, poderemos ver como o estudo a nível do indivíduo e de um grupo nas relações internacionais é relevante para responder essa pergunta e enfatizar o papel dos grupos de pressão, tais como a Irmandade Muçulmana, na política externa (HABER & IGHANI, 2013).

Desse modo, a dimensão subjetiva se mostra como um elemento de análise relevante, através do estudo de percepções, crenças, das opiniões divergentes, dentre outros fatores que abrangem o ambiente psicológico de um indivíduo ou grupo. Apesar deste estudo cognitivo ainda ser recente nas relações internacionais⁵, Herz (1994) aponta como as percepções podem

⁵O início dos estudos cognitivos data a partir de 1950, e se dirigiam para a análise da personalidade do indivíduo em relação aos acontecimentos na arena internacional. Os primeiros estudos analisaram a mente de Stalin e Hitler acerca da política (HERZ, 1994).

ser um elemento explicativo fundamental, principalmente na área de análise de Política Externa, pois é a partir das ideias que líderes e grupos moldam as visões de mundo dos indivíduos na sociedade, e conseguem transformar as relações domésticas entre o governo e a população, e também no cenário externo, com os demais atores e países. Por isso, o estudo da formação da ideologia de grupos e governantes é importante para entendermos a origem de suas crenças, até a disseminação delas no âmbito interno e internacional.

Essa discussão traz a tona tanto o aspecto objetivo, (dos acontecimentos internacionais, da política doméstica e externa), como o subjetivo, das preferências políticas dos atores e da percepção que assumem ao filtrarem determinados eventos políticos em suas decisões. Embora o estudo da influência das ideias tenha sido deixado de lado por certo período, por enfatizar fatores de perspectiva subjetiva⁶ o estudo das percepções é antigo, existindo desde meados de 1950, e atualmente foi retomado devido a sua significância na explicação de fenômenos políticos, especialmente para compreender o comportamento de certos indivíduos em relação às suas políticas disseminadas, como a análise da formação das identidades de Hitler e Stalin no pós- Segunda Guerra (BRANDS, 1998); (GOLDSTEIN & KEOHANE, 1991).

Logo, a principal questão que devemos colocar para ser respondida é: Como as ideias ajudam a explicar alguns acontecimentos da política externa? Por meio da literatura que abrange o estudo das crenças e ideais dos indivíduos podemos entender como as identidades de grupos são moldadas e como as preferências são formadas.

O autor Daniel W. Drezner (2000) coloca as ideias propagadas por grupos influentes, como uma fonte essencial para algumas decorrências na política doméstica e internacional, podendo alterar os rumos das atividades políticas de um governo. Segundo o autor, elas podem se sobrepor a valores pré-existentes em uma sociedade, apesar da grande resistência dos indivíduos de não aceitar novas percepções. Através de instituições ou de organizações, as ideias podem se concretizar e realmente se expandir dentro do espaço desejado. Ou seja, essa parte subjetiva se sustenta por meio da institucionalização das percepções de um determinado indivíduo ou grupos.

Estes grupos, que geralmente têm influência no âmbito doméstico, podem encontrar dificuldades para expandir as suas ideias para a política externa do país, mesmo tendo uma grande relevância no seu território de origem. Devido aos grupos de interesses serem pequenos

⁶ A perspectiva subjetiva que foi questionada por muito tempo se de fato é relevante ou não na compreensão das ações no cenário político, pois para os cientistas políticos e econômicos argumentavam que as ideias não apresentavam um fator causal no comportamento da política e economia (DREZNER, 2000).

(em sua maioria), e até mesmo por não terem meios concretos de angariar fundos para expandirem os seus ideais, acabam sendo ofuscados e menos influentes na política externa por estarem longe do escopo de atuação das instituições que monopolizam as atividades da política exterior. Logo, em alguns casos, eles não têm recursos suficientes para concretizar as suas percepções e valores que defendem há muito tempo (DREZNER, 2000).

Um fator relevante que também pode impedir a propagação de novas ideias dentro de uma sociedade recai na existência de grupos organizados que possuem valores e ideais já enraizados nos indivíduos. Organizações como o da Irmandade Muçulmana caracterizam não só pelos seus discursos que abrangem os seus ideais de uma sociedade composta por crenças muçulmanas no aparato político, mas também como uma organização de grande porte, ainda que tenha passado muitos anos sendo perseguida por atores políticos que negavam a legitimidade do grupo (DREZNER, 2000).

Muitas vezes, quando um sistema novo é implantado, ou até mesmo um novo governo se inicia, grupos tais como o da Irmandade Muçulmana podem encontrar certos desafios diante do novo cenário. Sendo assim, pode haver situações que os indivíduos da sociedade, e o governo tentarão resistir aos ideais que alguns grupos propagam. Como já dito anteriormente, a Irmandade foi alvo de perseguição por anos, e mesmo com o seu retorno em meados de 1990, a facção pode enfrentar inúmeras dificuldades para enraizar a sua ideologia islâmica na sociedade egípcia. Esse problema de resistência pode se ampliar até a política externa, não exercendo influência sobre a política externa do governo.

Quando fazemos a discussão sobre o estudo normativo geralmente nos atemos apenas ao aspecto subjetivo. Contudo, Goldstein e Keohane (1991), afirmam que o normativo vai além da subjetividade, englobando visões cosmológicas e ontológicas⁷ que são proeminentes no desenvolvimento do discurso social. Desse modo, as crenças de uma determinada religião também podem ser uma ferramenta útil para a análise das atividades políticas, pois a religião molda as percepções e visões de mundo. A discussão sobre o papel da religião na política será tratada de forma minuciosa no próximo tópico.

⁷ A ontologia parte da ciência (sociologia, antropologia, etc.) para se ter um pensamento reflexivo mais aprofundado sobre a essência do ser humano em seu meio. Trata da existência e realidade, colocando o “ser” como independente, inerente a toda a natureza e das relações do “ser enquanto ser”. O autor Rodrigo Marcos de Jesus (2005) descreve que a cosmologia, segundo Leonardo Boff, está relacionada às visões e percepções de mundo que cada sociedade tem sobre ela mesma. Sendo assim, a cosmologia trata da percepção de toda uma unidade (como a sociedade) e da relação entre os diferentes pensamentos que os ligam àquela unidade (JESUS, 2005).

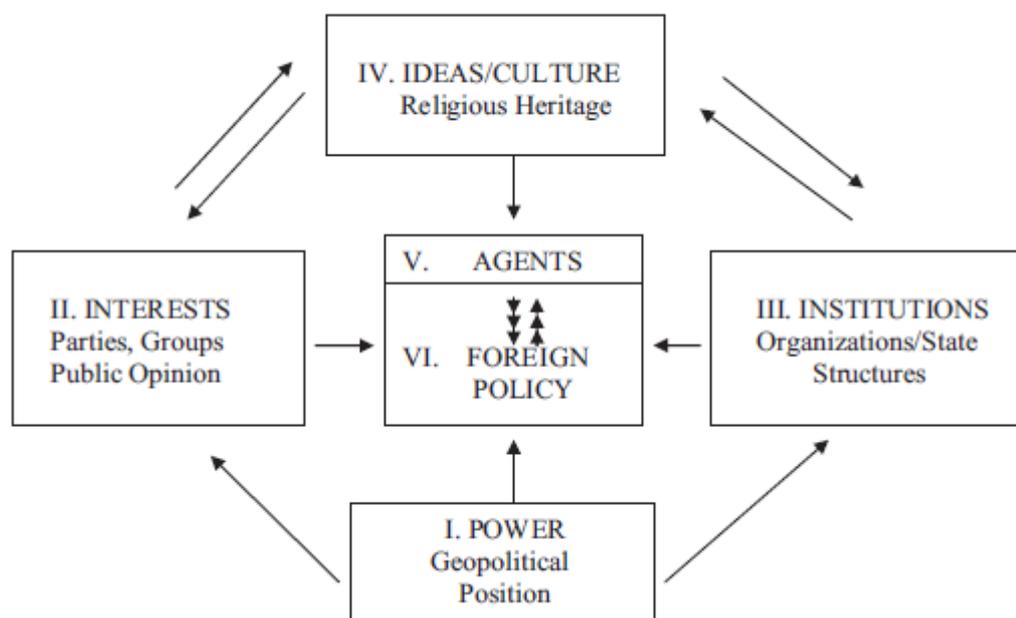
1.2 A influência da religião na política externa

Comomencionado, a religião também é um elemento que fornece diferentes visões de mundo e provê novas concepções e princípios para os indivíduos. Os autores Carolyn Warner e Stephen Walker (2011) enfatizam como a religião é uma variável relevante na medida em que se têm atores religiosos predominantes em um determinado cenário político, seja uma grande instituição como a Igreja Católica, ou até um grupo transnacional como a própria Irmandade Muçulmana. Sendo assim, eles afirmam que a religião e a política não devem ser separadas em um estudo, pois manifestações advindas da religião podem estimular mudanças no governo ou até na política externa de um país. Portanto, os autores retomam em seu texto, a questão da significância da religião na política externa, tentando explorar os efeitos da religião nas relações internacionais, e como ela pode influenciar a política externa dos países.

Inicialmente, a abordagem dos autores parte do estudo das escolas positivistas, como a realista, institucionalista, liberal e construtivista, onde todas elas acabam apontando para um mesmo viés: de que os acontecimentos externos constroem e influenciam fortemente a construção das decisões da política externa do país. Nesse cenário, a religião pode ser a fonte das relações causais, podendo ser utilizada como ferramenta para alterar a interação entre os vários agentes (instituições, grupos, governantes, etc.) que influenciam a política externa. Para um melhor entendimento sobre o efeito da religião por meio das relações entre os agentes, Warner e Walker (2011) fazem um mapeamento da influência da religião na política externa a partir de vários agentes domésticos e internacionais (ver figura 1).

Até mesmo a tradição religiosa de um país pode ser um fator chave na influência da política externa, pois a conduta política do governo poderá ser moldada pelas crenças daquele território, apontando os parceiros e inimigos mais prováveis das relações internacionais daquele país (WARNER & WALKER, 2011).

Figura 1 – Meios de influência da religião na política externa de um país



(Fonte: Warner & Walker, 2011)

Para a análise do mapeamento de Warner e Walker (2011), inicialmente temos que compreender que a religião pode estar diretamente ligada ao território, onde as crenças e percepções são a principal fonte de influência da religião. Logo, a própria cultura da sociedade pode ser um meio para influenciar os demais atores, podendo obter um maior alcance de influência através de grupos e instituições.

Os grupos de interesses, partidos, e instituições são capazes de prover informações do mundo a partir de um viés de determinada religião, apontando os aspectos éticos e políticos para se formular uma ação apropriada ou até guiar uma atividade a ser realizada por um agente. Ou seja, as instituições e grupos de interesses são agentes que transmitem informações que podem vir do cenário internacional, e as emprega utilizando a visão religiosa. Por sua vez, a percepção destes agentes pode ser aplicada ao Estado, moldando os interesses da política externa.

Desse modo, a compreensão do mapa parte da premissa que se a religião faz parte da cultura de um país, o seu sistema de normas, práticas e crenças provavelmente serão inseridos na identidade do país, priorizando muitas vezes aspectos condizentes com o da religião (ex: islamismo) e afastando outros. Com isso, a tradição religiosa de um território pode influenciar os agentes, e estes por sua vez têm capacidade de ser um meio influente tanto para a política externa, quanto os demais indivíduos que residem no território. Já as variáveis poder e

tradição religiosa são antecedentes das próprias relações entre os agentes e a política externa, sendo elementos que caracterizam o país, ajudando na análise das interações entre os diversos atores e o modo em que podem influenciar a política externa do país (WARNER & WALKER, 2011).

Portanto, no estudo das manifestações religiosas, devemos ter em questão os agentes que atuam a partir da religião (organizações domésticas, atores transnacionais, redes terroristas, etc.) para analisar a significância de suas ações, e os caminhos nos quais estes atores podem vir a influenciar a política externa.

Para entendermos melhor o estudo da religião, e da forma como suas percepções podem ser disseminadas em certo ambiente, vale ressaltar a análise feita por Keohane e Goldstein (1991) sobre o papel das ideias e o impacto que elas têm na sociedade através da intitulada “corrente reflexivista”. No tópico seguinte será abordado que esta corrente vai além da esfera subjetiva, englobando também o aspecto racional da ação humana.

1.3 O papel da corrente reflexivista na política

Keohane e Goldstein (1991) enfatizam o papel das percepções quando são disseminadas por um grande número de indivíduos, ou um grande grupo que tem uma maior capacidade de impactar a sociedade e as ações que partem dela. Há um foco por parte destes autores na relação entre as percepções e a realidade objetiva, abordando de que modo o subjetivo pode ter efeitos nas ações.

Desse modo, eles analisam tanto o estudo reflexivo (abrange as ideias, percepções, o âmbito subjetivo) quanto o racional (foca no comportamento, na empiria). Os intitulados reflexivistas vão além dessa visão subjetiva. Ou seja, eles não apenas se focam no estudo cognitivo, mas em como o sistema das ideias, cultura e idioma podem constranger um ambiente, ou até moldar as ações humanas. Assim, a partir da escola reflexiva, os autores projetam um caminho de como as ideias podem afetar a política a partir de três formas: a primeira pode ocorrer através do mapeamento dos princípios, averiguando várias zonas de influência; o segundo seria a propagação de ideias em locais nos quais não há um equilíbrio de forças concretizado e por último, seria por meio de instituições (GOLDSTEIN & KEOHANE, 1991). Assim como Warner e Walker, os autores discutem como ideologias,

(que podem partir da religião) têm a capacidade de constranger ações e conformar novas percepções, principalmente se a tradição da sociedade abrange os ideais defendidos por um indivíduo ou grupo. O trajeto de como as ideologias de grupos religiosos são influentes em um meio engloba os estudos reflexivistas de Keohane e Goldstein (1991), tendo em vista que explanam como certos ideais auxiliam a transformação das atividades da política devido ao fato de envolverem ensinamentos que lidam com questões morais de certo e errado. Logo, a classificação feita pelos autores complementa o estudo de como ocorre a influência da religião em um meio através de agentes internos e externos.

Dando sequência ao estudo dos autores, Goldstein e Keohane (1991) abordam que a primeira categoria de ideias abordada é intitulada de "visões de mundo", que estão diretamente relacionadas à cultura que afeta a percepção dos indivíduos e os discursos propagados. Geralmente essas "visões de mundo" advêm de grandes religiões, como a católica e a islâmica, por exemplo, já que disseminam ensinamentos que afetam as ações humanas e moldam pensamentos.

Segundo os autores, mesmo com a inserção de ideais ocidentais da modernidade em locais caracterizados pela sua tradição e religiosidade, ainda há uma grande dificuldade em perpetuar percepções seculares nas sociedades em que a tradição religiosa paira nas crenças dos indivíduos.

O segundo tipo de ideias que Keohane e Goldstein (1991) abordam se intitula de "princípios de crenças", que enfatizam questões morais e éticas, do que é certo e errado em uma sociedade, como por exemplo, as visões de que escravizar é errado, e de que o cidadão tem o direito à liberdade de expressão são tipos de "princípios de crenças". Estes princípios, por sua vez, advêm de doutrinas antigas ou de grandes visões de mundo que foram responsáveis (e ainda são) por fazer o ser humano se dispor a agir por uma causa, ou até arriscar a sua vida perante um princípio.

Os "princípios de crenças" podem ter um impacto enorme na política interna e externa de um país, podendo ocasionar movimentos sociais e até revoluções, como foi o próprio caso da Primavera Árabe e da Revolução no Egito em 2011. Por fim, há as "crenças causais" na corrente reflexivista, que dizem respeito às relações de causa e efeito das elites de cientistas ou em instituições do país. Diversas vezes, essas relações podem servir de guia para os indivíduos (e até governos) alcançarem um determinado objetivo.

É possível que mudanças ocorram em certas relações devido a vários fatores, sejam eles de ordem ambiental, econômica ou política. Estas mudanças por sua vez, podem transformar a política externa de uma nação de forma drástica ou podem até mesmo afetar em

alguns resultados de uma política que visava alcançar efeitos e objetivos diferentes. As “crenças de causa e efeito”, diferentemente do “princípio de crenças” e “visões de mundo” são utilizadas apenas para guiar os indivíduos ou para auxiliar nas decisões de um governante que almeja obter um objetivo específico. Já os “princípios de crenças” e as “visões de mundo” analisam o desenvolvimento das ideias, crenças e percepções na formação de políticas e de movimentos dos indivíduos de uma sociedade.

As caracterizações dos três tipos de crenças da corrente reflexivista abordada por Keohane e Goldstein complementam o estudo sobre o papel das percepções na formulação de identidades, no desenvolvimento de discursos e da influência na política externa.

Deste modo, os fundamentos teóricos abordados nesta seção auxiliam na compreensão de como as ideias e ideologias podem influenciar nas ações individuais, nas relações entre agentes, e na expansão das visões do mundo além das fronteiras de um território. Nos próximos capítulos, veremos como as crenças e ideologia (fundamentadas no islã) da Irmandade foram formadas, e quais foram as atividades que os membros adotaram no intuito de disseminar esses ideais para os indivíduos. O estudo desenvolvimento dos ideais do grupo mostra como os princípios religiosos foram a fonte de diversos movimentos nas décadas seguintes a sua formação.

No governo Morsi, especificamente, os efeitos da ideologia defendidos pela Irmandade se encontram nas instituições do governo egípcio, inclusive nos temas de política externa. Assim, poderemos ver ao longo dos capítulos como Morsi incorporou várias crenças da ideologia da Irmandade em sua liderança em 2012, principalmente por ter sido um membro do grupo. A própria religião muçulmana – símbolo da Irmandade – apresenta-se como uma determinante na política externa de 2012 e 2013, pois observaremos que a religião se enquadra na discussão teórica de Warner e Walker, uma vez que os integrantes da IM que fazem parte das instituições do governo Morsi, se baseiam nos pilares do islã para disseminar a política regional do Egito.

Nesse sentido, a discussão teórica dos autores apresentados fundamenta a análise da influência da Irmandade Muçulmana a partir da vitória das eleições parlamentares, ao mesmo tempo em que apresenta também as disparidades que ocorreram entre a política que Morsi defendia para a população egípcia, em contraste com a plataforma que a Irmandade manifestou no primeiro ano de governo.

2. A IRMANDADE MUÇULMANA

Esta seção tem como objetivo abordar a formação da Irmandade, apresentando inicialmente o contexto em que se deu a sua criação, e os princípios que guiaram o estudioso Hassan al-Banna a compor um grupo religioso fundamentado no islã. Posto isso, adentraremos nos ensinamentos de al-Banna em relação a propagação do islã na sociedade e da importância que de utilizar a religião no cotidiano para trazer mudanças nas diversas esferas da sociedade. Além de al-Banna, este capítulo apresenta um outro viés que parte da Irmandade Muçulmana seguiu, a partir do pensamento de Qutb, um estudioso fundamentalista da década de 1950. Através da análise dos dois autores, entenderemos como a Irmandade se dividiu em duas partes: a moderada (guiada pelos preceitos de al-Banna) e a radical (orientada pelo viés radical de Qutb).

Por fim, o capítulo elucida o estudo das ações políticas da Irmandade durante a metade do século XX, enfatizando as atividades do grupo no governo Nasser e Sadat, tendo em vista que nesse período muitos integrantes da parte radical da Irmandade iniciaram ações violentas no cenário político, das quais inclusive ocasionaram na morte do presidente Sadat. Analisar as ações da Irmandade é importante para entendermos as mudanças do grupo ao longo das décadas, e como chegaram ao poder em 2011.

2.1. Primórdios da Irmandade Muçulmana e a formação das percepções acerca da política nacional e internacional a partir do viés religioso

A Irmandade Muçulmana foi formada em 1928, na cidade de Ismailia, pela iniciativa do estudioso sufista⁸ Hassan al-Banna, que ao vivenciar a opressão e medidas seculares dos colonizadores ingleses que se encontravam no Egito, decidiu compor o grupo no intuito de trazer o islã para a vida política e social dos egípcios. A princípio, o grupo foi chamado de

⁸Os sufistas fazem parte da “dimensão mística do islã” (chamado de sufismo), contemplando as leis e pilares da religião islâmica. O sufismo é uma expansão própria do islã, tendo como fonte principal o Corão, e não pode ser identificado nas demais religiões (como na judaica, cristã, hindu, etc.). Os sufistas se baseiam na recitação, na dimensão interna do coração, na alma do domínio de Deus (Allah) (SOUZA, 2005). Para mais informações sobre o sufismo, consultar: SOUZA, 2005, p. 76-94.

“Sociedade dos Irmãos Muçulmanos” e tinha como objetivo primário disseminar o discurso islã que havia se perdido em meio às tradições seculares dos ingleses. Além disso, os membros têm uma forte influência do sufismo da formação da al-Banna, que contribuiu imensamente na construção dos princípios do grupo.

O sufismo, (*safa* – pureza em árabe) está ligado à inspiração espiritual, muitas vezes trazida da filosofia, sociologia e da literatura que exprime a prática das ações dos *sufis* (praticantes do sufismo) em ambientes educativos ao longo da história para promover uma relação mais próxima e íntima com Deus. O sufismo foi extremamente relevante na constituição do pensamento islâmico no ambiente político, pois relegava aos praticantes do sufismo a necessidade de se praticar ações para se obter a verdadeira espiritualidade, e afastar os puros dos vulgares (ELIAS, 2010; MITCHELL, 1969; SONN, 2011; SOARES, 2001).

Desse modo, a partir destes ideais, a Irmandade pregava a volta do verdadeiro islã à sociedade, onde não existiria mais uma divisão entre esfera privada (religião) e pública – como havia sido dividido pelos ingleses na Constituição Secular na década de 1920.

Em seus primeiros anos, a Sociedade ainda tinha uma atuação muito limitada, devido às próprias condições domésticas e do contexto internacional. Na década de 1930, grande parte dos países árabes se tornou colônia de grandes países (Reino Unido e França principalmente), e isso fez com que grupos de interesses, como o da Irmandade Muçulmana, buscassem não só mudanças em seu âmbito interno, mas também na arena internacional (MITCHELL, 1969).

Nesse período inicial de desenvolvimento, os membros da Irmandade Muçulmana definiram alguns dos ensinamentos que permeariam a organização. A princípio, para defender as percepções, era necessário que a sociedade fosse regida pela lei islâmica (*sharia*⁹), abdicando assim, as leis seculares impostas pelos ingleses. Dentre os princípios defendidos em uma sociedade de lei islâmica, os Irmãos Muçulmanos pregavam: um Islã formulado por suas duas bases primárias (o Corão e a sabedoria do profeta através da Suna); o Islã como forma de arbítrio da vida humana em todas as dimensões; e o islã como forma de sistema completo. Junto aos princípios, os membros da Irmandade contavam com o apoio dos

⁹*Sharia* é um método que parte das fontes do islamismo para designar a conduta dos indivíduos islâmicos dentro da sociedade. O sistema da *sharia* engloba não só questões religiosas, mas também políticas, econômicas, jurídicas, comportamentais, entre outras (ELIAS, 2010).

*ulemás*¹⁰ para gerir os ensinamentos do Alcorão¹¹ e proteger as percepções islâmicas pregadas pelos integrantes da Irmandade (MITCHELL, 1969; PIRES, 2013; SERVOLD, 2003).

Wendell (1978) defende a relevância destes ideais pregados pela Irmandade e sua atuação no meio social e político através da seguinte passagem:

[...] a Irmandade realizou muitos trabalhos que ninguém ou nenhuma associação estava apta a colocar em prática naquela época, e que, mais do que qualquer coisa que eles tenham conseguido, apoiou com credibilidade a visão holística do Islã de que abrangia todos os aspectos da vida humana, a qual Al-Banna se identificava tão profundamente. (WENDELL apud CASTRO, 2011)

Por décadas a Irmandade Muçulmana tentou se sobressair através de seus ensinamentos quando governantes como Nasser e Sadat ameaçaram a estrutura islâmica da sociedade, ao utilizarem de um discurso socialista na sociedade egípcia. Neste período (década de 1950 a 1970), esses governantes proibiram a atuação da IM no território egípcio, e essa repressão perdurou até o assassinato de Sadat por um dos membros da Irmandade (ABOUL-ENEIN, 2004; CASTRO, 2011).

Nesse momento de contenção das atividades da Irmandade Muçulmana, o grupo cresceu de modo vertiginoso, atingindo outros países (Síria, Jordânia, Paquistão, Marrocos, Arábia Saudita, dentre outros), e formando diversas filiais pelo mundo. Apesar dos membros conseguirem propagar os ideais islâmicos além do Egito, os anos de repressão significaram uma transformação não só nos ideais da Irmandade, mas na forma como agiriam no cenário político dali em diante. Vale ressaltar que até a metade do século XX, a Irmandade rejeitou veemente o uso da violência, adotando sempre uma postura ativa no âmbito social através de discursos e programas sociais¹², mesmo tendo a sua atuação tida como ilegal pela maior parte dos governos do Egito (CASTRO, 2011).

¹⁰O grupo dos *ulemás* correspondia aos sábios responsáveis por resguardar as leis islâmicas, atuando como árbitros da *Sharia*, e interpretando as mensagens presentes no Alcorão e na Sunada Profeta. Os *ulemás* possuíam grande influência na esfera política nos governos de tradição islâmica, mas muitos governos árabes seculares buscaram diminuir tal controle diante da sociedade (HOURANI, 1991).

¹¹*Alcorão* na cultura muçulmana é o único grande sinal de Deus no universo físico. Através de seus versículos individuais (*Ayat*) o *Alcorão* fornece instruções sobre o modo de se viver e a orientação ética a ser seguida pelo povo muçulmano (ELIAS, 2010).

¹²Os programas sociais da Irmandade incluem ensinamentos em escolas e espaços públicos sobre a importância do islã no cotidiano do cidadão. Esses programas geralmente são direcionados para a educação, tentando disseminar seus ensinamentos para um maior bem estar social dos indivíduos. Anualmente, a Irmandade doa 2,5% de da renda obtida no gerenciamento de pequenos negócios em fábricas, escritórios, etc. para causas de caridade em organizações não-governamentais (GLOVER, 2011; SERVOLD, 2003).

2.2 Os ideais de Hasan al-Banna e a formação das atividades da IM

Como já citado anteriormente, a formação de Hassan al-Banna foi primordial para a formação da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (que mais tarde viria a ser chamada de Irmandade Muçulmana), e seus princípios inspiraram os membros da sociedade a seguir e propagar a suas ideais aos demais indivíduos. Sendo assim, um estudo breve sobre suas percepções é relevante na medida em que demonstra os moldes no qual o grupo fora constituído. Além de al-Banna, um pensador muito importante para o grupo foi Sayyid Qutb, que viveu sob a égide do governo Nasser, e seu pensamento fundamentalista incitou diversos membros do grupo a seguir um viés radical, utilizando de meios coercitivos para a obtenção de resultados políticos, geralmente fazendo uso de armas de fogo contra a população, queimando igrejas, e atacando indivíduos de outros segmentos religiosos. Logo, os ideais destes dois autores são importantes para a compreensão das atividades da Irmandade ao longo dos anos, e principalmente no século atual (MITCHELL, 1969; SERVOLD, 2003).

Inicialmente, vale ressaltar que al-Banna cresceu e se formou em uma sociedade dominada pelos aspectos seculares impostos pela colônia britânica no país, que resultou em certo abandono de grande parte dos muçulmanos de suas práticas religiosas, tendo em vista que eram proibidas em muitos aspectos da vida social do egípcio, principalmente na educação. Ao invés de abandonar seus costumes islâmicos, al-Banna seguiu o caminho inverso. Ele passou a maior parte de sua vida estudando o sufismo (explorado no tópico anterior), e aprofundando seu conhecimento acerca da religião muçulmana. O estudioso al-Banna afirmava que até mesmo os muçulmanos do período da colonização inglesa não seguiam os ensinamentos e leis islâmicas, sendo assim, ele enfatizava a necessidade de uma reforma interna da sociedade muçulmana, onde a religião regularia todos os aspectos da vida humana. Desse modo, Hasan al-Banna e a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos não buscavam a tomada do poder em um primeiro momento, mas sim, um programa social que afirmasse a importância da religião para o cotidiano do ser humano (ABOUL-ENEIN, 2004; CASTRO, 2011).

Qutb também viveu em um período de opressão da tradição muçulmana, no qual o governo procurava abafar movimentos religiosos na política, e procurava inserir elementos seculares no cotidiano dos egípcios novamente. O governo opressivo de Gamal

AbdelNasser¹³ moldou o pensamento extremista de Qutb, e trouxe diversas dificuldades para os membros da Irmandade que atuavam na política. Inicialmente, seu governo proibiu que fossem exercidas as atividades regulares do grupo, desde os discursos até as ações mais notórias, como aulas e algumas práticas no meio político. Ao proibir estas atividades, e implantar um governo que se utilizava do discurso islâmico para propagar um socialismo que iria além do território egípcio, Nasser impetrou uma grande aversão na maioria muçulmana (ABOUL-ENEIN, 2004; DEMANT, 2013; GLOVER, 2011). Isso ocorreu, sobretudo porque os muçulmanos advindos da Irmandade não acreditavam no “socialismo islâmico” de Nasser, e afirmaram que o governante estava apenas empregando a palavra do islã para legitimar o seu governo, e não de fato para aplicar o islã na vida política e social dos egípcios. Nos anos do governo Nasser, vários membros da Irmandade se depararam com os estudos do fundamentalista islâmico SayyidQutb, que auxiliou no desenvolvimento de um viés mais ativo da Irmandade Muçulmana no aspecto político, e também proporcionou um viés mais extremista aos que aderiram os seus estudos sobre o islamismo. Muitos tiveram a influência dos ensinamentos de Qutb, fator no qual desencadeou a divisão de percepções dentro da própria Irmandade, onde alguns decidiram continuar com um pensamento moderado sobre a mudança da sociedade, a partir dos preceitos do islã, e os demais seguiram o viés radical - aderindo ao pensamento de que os muçulmanos tinham como o dever banir toda a injustiça que avassalava este mundo, para dar espaço ao verdadeiro islã (BISHARA, CHEREM, 2010; 2013; DEMANT, 2013; QUTB, 1952; SONN, 2011).

SayyidQutb foi um dos pensadores islâmicos mais influentes no território árabe no sec. XX. A sua vertente de pensamento mostrou uma nova realidade que não havia sido vista antes pelos islâmicos, com um vocabulário carregado de pressupostos contidos no alcorão, os vendo sob uma perspectiva radical (DEMANT, 2013). O ativista Qutb não exibe nem um pensamento moderno ou tradicionalista, mas sim, radical. Suas obras¹⁴ inspiraram movimentos

¹³ Com o objetivo de alcançar a “Unidade Árabe”, a política de Nasser foi caracterizada pelo intitulado “socialismo árabe”, criando fortes laços com nações socialistas, como a União Soviética e afastando-se das potências ocidentais. Com isso, Nasser nacionalizou o Canal de Suez, o que acabou gerando insatisfação dos países ocidentais que geriam o local, que resultou na “Guerra do Suez” de 1956, na qual o Egito saiu como perdedor diante das nações do Ocidente. Ainda com o crescimento das tensões entre os países árabes e Israel ocasionou outro conflito: A Guerra dos seis dias, onde o Egito perdeu novamente. Apesar das derrotas, o nacionalismo de Nasser deixou um legado no mundo árabe, que seu sucessor encontrou dificuldades para se desvencilhar. Para mais informações sobre o governo Nasser, consultar: GLOVER, 2011, p. 01-121.

¹⁴ Além da Irmandade, as suas obras inspiraram grandes organizações fundamentalistas atuais, como a Al-Qaeda, e também seus líderes, a exemplo de Osama bin Laden (DEMANT, 2013).

dos membros da Irmandade Muçulmana, que viviam em um regime repressivo do governante Nasser – um governo que se mostrava mais intolerante e repressivo que a própria monarquia.

A reinterpretação radical de Qutb influenciou várias ações dentro da política, especialmente para aqueles que acreditavam que o governo apenas utilizava da nomenclatura da lei islâmica sem de fato seguir os ensinamentos da religião¹⁵. A obra de Qutb intitulada “A sombra do Alcorão” apresenta de modo claro o viés radical de Qutb em relação a necessidade de se propagar o islã dentro da sociedade, enfatizando como a religião é fundamental na vida do muçulmano, em todas as suas esferas (pessoal, social, econômica e política) (QUTB, 1952).

O pensamento de Qutb foi importante, pois abordava como uma sociedade deveria organizar sua forma de governo e ideologia a ser seguida pelos indivíduos. Segundo o pensador, a ideia de soberania e democracia pertencentes aos homens é totalmente errônea. A democracia foi o resultado fracasso do iluminismo, no qual o homem é egoísta e não pensa na coletividade, e a soberania para ele, é pertencente a Deus, logo, o homem seria apenas uma criatura que deveria se curvar diante os ensinamentos Dele. Outro ponto de sua ideologia reflete na própria sociedade no qual vivia. Qutb observou que o mundo estaria vivendo um “período de ignorância” (*Jahiliyah* em árabe), que segundo ele, o mundo teria se esquecido da importância do islã na vida humana, principalmente pelo desuso da lei islâmica *sharia*, e pela propagação de movimentos seculares pelos “não-islâmicos” (DEMANT, 2013; QUTB, 1952).

Logo, Qutb abordava que governo Nasser da década de 1950 apresentava essa conjuntura anti-islâmica, ao trazer elementos seculares para o cotidiano dos egípcios, tais como a proibição de partidos religiosos na política do país (como o da Irmandade), negando a total liberdade de expressão no território, em prol das “necessidades do povo”. Foi nesse período, que o pensador fundamentalista islâmico entrou para a Irmandade Muçulmana, quando voltou ao Egito após ter passado três anos vivendo nos moldes ocidentais nos EUA. Ao ter uma infeliz experiência quando estudava no ocidente, Qutb retorna ao Egito abraçando inteiramente aos ensinamentos islâmicos, se tornando um fundamentalista e ativista islâmico. (BISHARA, 2013)

¹⁵ Um exemplo de governo que utilizava da nomenclatura islâmica para legitimar sua política era o presidente Nasser do Egito. Usualmente se referia as percepções islâmicas, mas não as pregava em seu governo, pois a política principal de Nasser era voltada a um “Comunismo árabe”. Logo, vários indivíduos, inclusive membros da Irmandade Muçulmana se revoltaram com as ações e políticas seculares do governo Nasser (HOURANI, 1991).

Dessa forma, os ideais de Qutb e o contexto do governo de Nasser foram fundamentais para a divisão da Irmandade Muçulmana em duas vertentes: a moderada e a radical¹⁶. Com a forte repressão de Nasser, grande parte dos membros da Irmandade optou pelo caminho educacional, abandonando assim, o seu viés revolucionário e abraçaram um *jihad*¹⁷ caracterizado pela paz. A minoria inspirou-se inteiramente nos ensinamentos de Qutb, assumindo uma postura radical e ativista no mundo político, dispostos a utilizar da violência para propagar o *jihad*, mesmo que isso significasse desconstruir a ordem social (BISHARA, 2013).

Sendo assim, o pensamento radical de Qutb permeava a ideia de que a fé deveria ser pregada no mundo islâmico sem que houvesse impedimentos, haja vista que o islã busca expandir a verdade. Portanto, o Alcorão possuiria os ensinamentos que justificavam e permitiam a luta contra os que haviam oprimido os muçulmanos e as palavras de Deus na sociedade islâmica. Tal ação ficou caracterizada como “a luta pela causa de Deus” (ou *jihad* em árabe), no qual os muçulmanos tinham como dever sempre serem ativos nesse novo mundo muçulmano que estava sendo construído para retirar toda a injustiça¹⁸ em favor da pureza islâmica (QUTB, 1952; SONN, 2011).

2.3. Atuação da Irmandade na esfera política

¹⁶ Os membros radicais clamavam por mais ação, haja visto que para eles o islã somente se encontrava nos livros e escritos, e havia se perdido no mundo da ideologia, já que os ensinamentos islâmicos não eram disseminados no cotidiano de grande parte dos muçulmanos. Devido a esse cenário, eles almejavam instalar o islã na sociedade nos moldes que eram no período do califado (BISHARA, 2013).

¹⁷ Vale ressaltar que a discussão sobre o termo “*jihad*” ainda é complexa. Apesar de ser utilizado como uma forma de atribuir o dever dos muçulmanos de buscar uma melhor humanidade propagando a palavra do islã para o maior número de indivíduos possíveis. É um conceito social e também pessoal, na medida em que procura se empenhar mais em seu cotidiano espiritual. No entanto, há também a discussão do termo “*jihad*” que vai além da propagação da fé, utilizando-se de meios violentos para expandir os dogmas de um determinado grupo, indivíduo ou governo (DEMANT, 2013).

¹⁸ A “injustiça” do período Nasser para os membros radicais recaía no uso da linguagem do islã para disfarçar a política secular propagada pelo governante.

Anteriormente, vimos a formação da Irmandade Muçulmana e as influências que permearam o pensamento dos membros do grupo, culminando na divisão entre moderados e radicais no grupo. Caracterizada por ter sido uma organização de pensamento homogêneo, onde os integrantes pouco divergiam em suas percepções e opiniões (apesar de ter décadas de formação), a divisão entre duas vertentes de pensamento opostas ocasionou diversos movimentos que abalaram a ordem social.

Após o assassinato do presidente Nasser, Anwar Sadat¹⁹ subiu ao governo em 1970 e o engajamento político de vários membros da Irmandade se tornou claro, principalmente com o assassinato do presidente Sadat em 1981 por fundamentalistas islâmicos, tendo a Irmandade Muçulmana como um dos principais grupos suspeitos pela operação, principalmente porque era um grupo severamente reprimido pelo governo e perseguido pelas forças de Sadat (ver figura 3) (HOURANI, 1991; GLOVER, 2011).

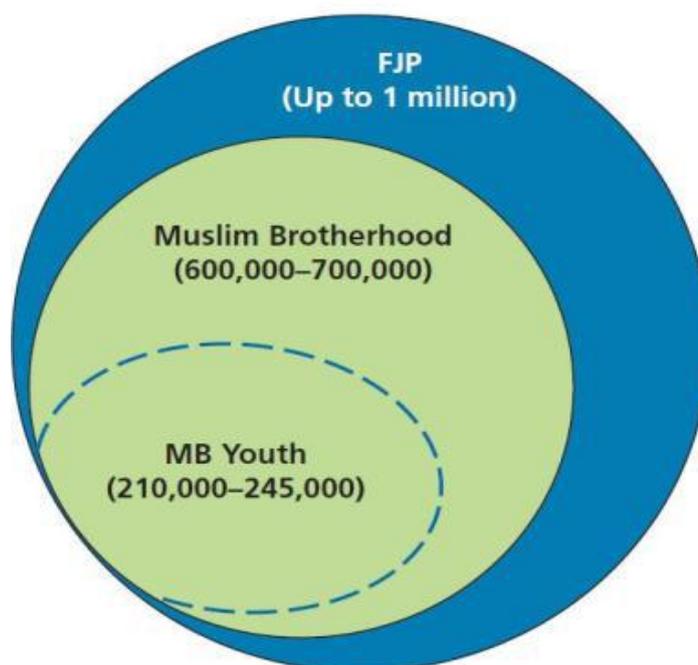
O assassinato de Sadat significou um maior ativismo de militantes extremistas, que utilizavam o uso da violência no *jihad*. Com isso, a Irmandade se tornou cada vez mais polarizada (desde a morte de Qutb em 1966), onde membros radicais continuaram a propagar o *jihad* violento, criando assim, uma grande divisão dentro da Irmandade Muçulmana. A perseguição dos integrantes do grupo durante o governo Sadat, e sua consequente morte criou uma marginalização das atividades da Irmandade, pois os mais jovens do grupo procuravam resultados políticos por meio do uso da violência, enquanto os mais antigos e tradicionais buscavam se envolver nos movimentos sociais de forma pacífica para que a mudança fosse feita. Desde então, a Irmandade Muçulmana teve sua divisão concretizada, tendo de um lado os conservadores (geralmente membros mais antigos do grupo) e de outro os militantes extremistas (caracterizado por jovens ativistas) (BISHARA, 2013; GLOVER, 2011; ZEGHAL, 1999). Dados²⁰ recentes mostram como essa polarização ainda existe, tendo um

¹⁹ O governo de Sadat foi marcado pela *sharia* e pela “ciência e fé”, pois ele acreditava que a legislação deveria ser guiada pelo islã, e não pelo secularismo como Nasser almejava. As políticas socialistas de Nasser foram deixadas de lado, junto com as relações que o Egito tinha com países socialistas, abrindo margem para Sadat liberalizar os setores da política e economia com os demais países. Anwar Sadat obteve grande popularidade no Egito pela vitória inicial em 1973 (*YomKippur*) quando atacou forças israelenses no Canal de Suez, e mesmo com a derrota, o presidente egípcio foi prestigiado pela sociedade e um período de paz se iniciou com Israel. Porém, essa paz significou dependência com os EUA, afastamento dos países árabes e insatisfação popular, que acabaram culminando em seu assassinato em 1981. Para mais informações do governo Sadat consultar: GLOVER, 2011, p. 01-121.

²⁰ Os dados da composição do partido remontam ao período de 2012.

grande número de jovens²¹ fazendo parte da formação recente da Irmandade (cerca de 210 mil a 245 mil integrantes), e também do Partido da Justiça e da Liberdade no Egito (representado pela sigla FJP em inglês), como pode ser visto na figura seguinte.

Figura 2- Número de integrantes do Partido da Justiça e da Liberdade, da Irmandade Muçulmana, e dos Jovens da Irmandade Muçulmana no século XXI.

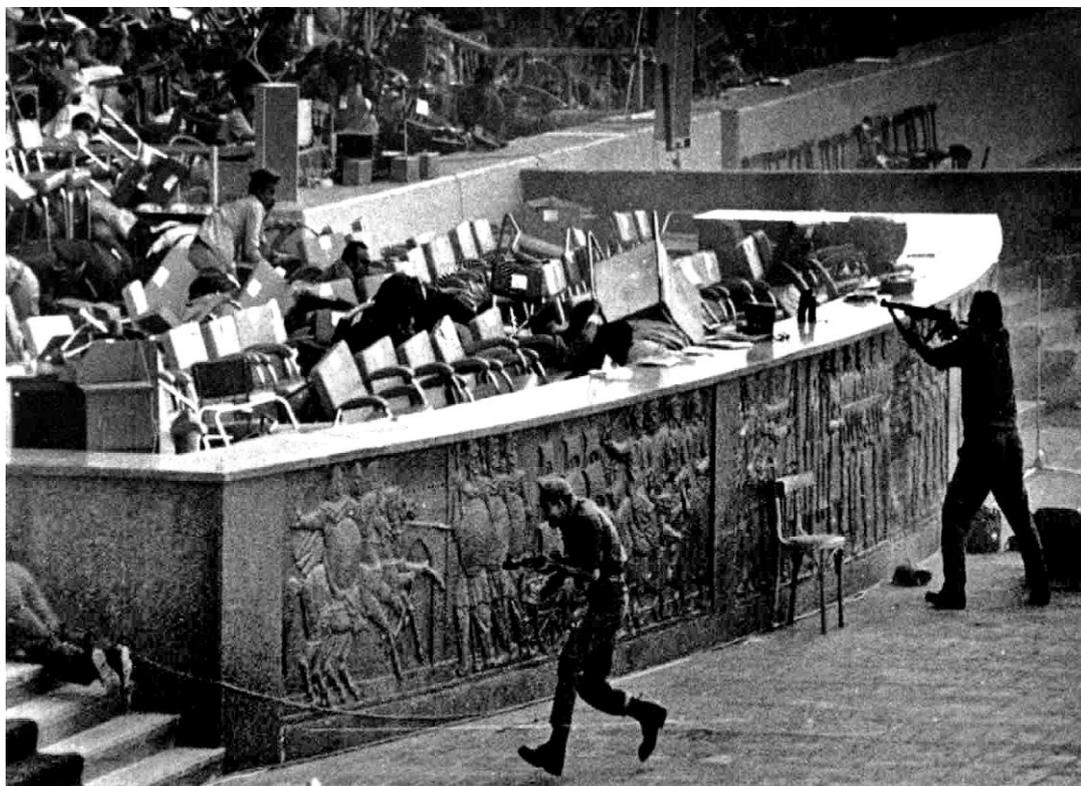


(Fonte: LAVENDER, 2012)

Além deste episódio, as décadas seguintes mostraram como a atuação do grupo cresceu não só no cenário conturbado do Egito, mas também se alastrou ao redor do mundo, onde o grupo se tornou cada vez mais conhecido e o número de integrantes do grupo aumentou em diversos países.

²¹ Através da participação dos membros mais jovens da Irmandade é que foi possível a participação do grupo na Revolução de 2011, pois a “Irmandade jovem” é mais ativa nos movimentos sociais, e a antiga é voltada para a área da educação, portanto, são mais conservadores (BISHARA, 2013).

Figura 3 – Assassinato de Sadat durante uma parada militar em Cairo no dia 6 de outubro de 1981.



(Fonte: <http://skepticism.org/>)

O governo de Hosni Mubarak²² se iniciou em 1981, sucedendo Sadat e permaneceu até a Revolução de 2011. No primeiro ano de governo, Mubarak buscou promover a democracia, após o fracasso de Sadat com a implementação do islã (que resultou na verdade, em um governo secular), apoiando o retorno de partidos que haviam sido banidos pelos governos anteriores, além de libertar prisioneiros políticos e permitir certa liberdade de expressão pelos jornais locais (PERRY, 2004).

Porém com o passar dos anos, logo se tornaram claras as intenções de Mubarak em permanecer no poder²³, assim, passou a reprimir movimentos sociais que partiam da Irmandade, e perseguiu a maior parte de seus líderes(PERRY, 2004). Assim, a atuação da Irmandade nas últimas décadas do século XX foi ofuscada pelas campanhas do Estado que

²² Inicialmente, a política doméstica e externa de Mubarak foi de continuidade. Optou continuar com a liberalização de Sadat, aderindo também a política de Nasser ao mostrar a importância do Egito para o mundo árabe, reaproximando-se das nações vizinhas(PERRY, 2004).

²³ Apesar de ter iniciado um processo de democratização, Mubarak não prosseguiu com esse plano ao longo dos anos, uma vez que sua natureza autoritária prevaleceu sobre os pilares democráticos. Mubarak assim passou a reprimir os movimentos sociais que se desenvolviam, e passou a controlar a mídia, não permitindo mais que a oposição se expressasse (PERRY, 2004).

tinham como objetivo inibir movimentos insurgentes. Nesse cenário, a Irmandade Muçulmana decidiu se reformar com o intuito de descentralizar a sua estrutura, permitindo que as decisões fossem tomadas caso fosse necessária providenciar ações devido a eventos internos ou externos(LAVENDER, 2012).

Somente no século XXI se torna evidente a influência da Irmandade Muçulmana dentro da política egípcia, finalmente legitimando as suas ações no cenário político com o Partido da Justiça e Liberdade (*Freedom and Justice Party* em inglês) criado assim que Mubarak assumiu o poder na década de 1980. Com a mudança de regime, os membros da Irmandade viram a oportunidade de se estabelecer na política do país, já que Mubarak não proibia inteiramente as atividades da organização. Assim, para fazer parte do jogo político do Egito, a Irmandade criou o partido, e conquistou seu espaço político até expandir-se definitivamente nas eleições do início do século XXI (METZGER, 2013).

Especificamente em 2005, os membros do grupo decidiram concorrer para as eleições parlamentares, e ganharam com 47% das votações, ocupando um – quinto dos assentos do parlamento. Com essa vitória, os integrantes da Irmandade (que formavam o grupo de pressão do Egito) conseguiram participar de forma mais ativa, discutindo e enfatizando as reformas políticas no âmbito interno que tinham como principal objetivo implantar um Estado civil baseado nos pilares islâmicos como guia para os indivíduos da sociedade no âmbito individual, social e político. Além das iniciativas no cenário doméstico, a Irmandade buscou por vários anos, rever as relações externas do Egito, para que o país se aproximasse mais das nações islâmicas, e distanciasse a presença do ocidente em assuntos internos do Egito (BISHARA, 2013; BROWNLEE, 2010; LAVENDER, 2012).

3. A ATUAÇÃO DA IRMANDADE MUÇULMANA NA POLÍTICA EXTERNA DO EGITO

Este capítulo se destina a explicar sobre as ações mais recentes da Irmandade Muçulmana no procedimento das tomadas de decisão da política externa do Egito no governo de Mohamed Morsi. Sendo assim, a primeira seção abordará o início da Primavera Árabe no Egito, com o intuito de mostrar a participação da Irmandade e de que forma Morsi subiu ao poder com o auxílio do grupo e como as relações internacionais foram redefinidas a partir da Revolução de 2011. A análise é necessária a partir do momento que mostra a saída de Morsi do grupo da Irmandade para concorrer a presidência do Egito em 2011.

A segunda seção focará na política externa propagada pelo governo Morsi. Esse estudo é relevante na medida em que analisamos os elementos que fizeram a política externa do Egito se diferenciar em relação à anterior e como Morsi formulou suas políticas após deixar a Irmandade. Vale ressaltar que Morsi teve diversas dificuldades em seu governo devido a sua inexperiência, recorrendo várias vezes a outras instâncias para sanar problemas em sua gestão, principalmente em relação a necessidade de obter auxílio financeiro de outras nações, como os EUA. Veremos que essa relação era dificultada pelos parlamentares mais conservadores do governo, os salafistas, que rejeitavam qualquer tipo de relação com o ocidente.

A última seção tratará do aspecto principal da pesquisa: como a Irmandade influenciou a política externa no governo Morsi. De que forma os membros da Irmandade conseguiram implementarem seus ideais? O governo Morsi se acomodou aos ideais da IM ou os confrontou? Por que os ideais da Irmandade foram tão importantes para a condução da política externa?

3.1. A Primavera Árabe no Egito: a vitória da Irmandade

Sedentos por uma reforma política que pudesse transformar os moldes autoritários vigentes em grande parte dos países árabes, várias pessoas saíram às ruas em janeiro de 2011

clamando por mudanças. Com os acontecimentos na Tunísia²⁴ que resultaram em um governo mais democrático, os egípcios também se sentiram motivados a buscar reformas políticas e sociais. Estes protestos que buscavam um governo de características seculares pareceram enfraquecer vários regimes que se utilizavam do viés autoritário para governar a sociedade. Assim, em 25 de janeiro de 2011, uma multidão se aglomerou na praça Tahrir para confrontar o regime autoritário de Hosni Mubarak para marcar o intitulado "Dia da Raiva" (KERCKHOVE, 2012).

Diferentemente da Revolução Iraniana que foi pautada em questões teológicas, a Revolução do Egito tinha um objetivo claro: Depor o regime autoritário, que não estava manuseando a economia do país de modo apropriado. Isso é verídico na medida em que seus efeitos no cenário internacional foram mínimos, ao contrário da Revolução do Irã que ao almejar um governo pautado somente no islã teve uma enorme repercussão no Oriente Médio e no resto do mundo (BISHARA, 2013; KERCKHOVE, 2012).

Na verdade, quantomais se intensificava a insatisfação do povo, os objetivos da Revolução no Egito se tornavam cada vez mais explícitos: Eles se pautavam em melhores condições econômicas e até sociais. Nesse sentido, não havia uma ideologia muito clara desse movimento no âmbito da política externa, pois não havia uma preocupação de expandir essa revolução para fora do território.

A Irmandade Muçulmana não agiu neste primeiro momento de protestos. Pelo contrário, para a Irmandade, não parecia vantajoso ir de encontro às forças de segurança de um regime que se mantinha a várias décadas no poder (BISHARA, 2013).

A partir do momento em que os protestos envolveram um maior número de pessoas, e começaram a tomar uma forma mais organizada, a Irmandade aderiu ao movimento. Com o slogan "Participação, mas não dominação", os membros da Irmandade buscaram em um primeiro momento, apenas participar da movimentação de janeiro, não liderando as massas para uma possível deposição do governo Mubarak (ALJAZEERA, 2011; SILVEIRA, 2013).

²⁴ A Tunísia vivia sob a ditadura do presidente Ben Ali desde 1987. Em 2010, manifestações no país se iniciaram com o intuito de obter melhores condições de vida, acabar com a repressão e censura que existiam no Estado. Em dezembro de 2010, em um dos movimentos sociais, um jovem tunisiano ateou fogo ao seu corpo como uma forma de se manifestar contra as péssimas condições do país. A sua morte desencadeou uma série de protestos que se espalharam por toda a Tunísia e levaram o presidente Ben Ali a renunciar e fugir para a Arábia Saudita. Esse movimento ficou conhecido como Primavera Árabe e serviu de inspiração para os protestos em vários países que ainda mantinham a ditadura, como o Egito e Líbia (FAHIM, 2011).

Um dos responsáveis pela participação da IM nas manifestações de 2011 foi Mohammed Badi'e²⁵ que juntamente com os integrantes mais jovens do grupo, apoiou a participação da Irmandade nos protestos como um grupo da oposição ao governo Mubarak, e iniciou a entrada ativa dos membros na vida política do Egito. Assim, no dia 28 de janeiro, os membros do grupo anunciaram a sua entrada nos protestos, após várias tentativas mal sucedidas entre os dias 15 e 23 de janeiro de obter diálogo com o governo Mubarak em prol do atendimento das demandas dos cidadãos egípcios (BISHARA, 2013; HOUDAIBY, 2013).

Em 11 de fevereiro de 2011, Mubarak finalmente anuncia sua deposição, transferindo os seus poderes ao Conselho Supremo das Forças Armadas²⁶. Com isso, o processo de transição democrática no país se inicia, e conta com a participação de diversos grupos políticos interessados nas eleições parlamentares e presidenciais que se iniciariam no final daquele ano. O CSFA foi o responsável pela manutenção da transição, garantindo a população egípcia que a constituição do país sofreria mudanças para se adequar a circunstâncias melhores na medida em que ocorressem as eleições de cunho livre (ALJAZEERA, 2011; SILVEIRA, 2013). Por meio da tabela 1, podemos entender claramente o período que se iniciaram os protestos até o processo de transição das eleições democráticas. (Ver tabela 1)

²⁵ Escolhido como líder no movimento árabe, Badi'e é um dos membros mais antigos da Irmandade. Na década de 1960, ele foi preso juntamente com outros companheiros do grupo, e pertence a corrente conservadora e mais antiga do movimento dos Irmãos Muçulmanos. Suas ações se destinavam a discursos sobre o islã para a sociedade, e programas de caridade, não se envolvendo com o ativismo dos membros mais jovens. Porém em 2005, mudanças ocorreram no âmbito político quando a IM ganharam vários assentos a partir do PLJ, expandindo assim, o seu escopo de influência na arena política (BISHARA, 2013).

²⁶ O Conselho existia desde o governo Sadat, porém, sua atuação era muitas vezes restringida e não possui autonomia nos assuntos militares, que sempre ficavam encarregados por Mubarak (SILVEIRA, 2013).

Tabela 1- Linha do tempo da evolução dos eventos principais que ocorreram a partir dos protestos no Egito em 2011

Data	Evento
Início de janeiro de 2011	Ativistas iniciam seus protestos por mudanças contra a corrupção e pobreza que assolavam o país há três décadas sob o governo de Hosni Mubarak.
25 de janeiro de 2011	Milhares de protestantes se reúnem na praça Tahrir em Cairo para marcar o “Dia da fúria”, no qual os egípcios clamaram revoltosamente “Derrubem o Mubarak!”. Ministros do Estado publicaram horas depois um anúncio acusando a Irmandade Muçulmana de incitar os protestos contra o governo. Porém, a IM não havia se envolvido ainda.
28 de janeiro de 2011	Mubarak anuncia que destituiu seu gabinete. Nesse dia, mais de 20 membros da Irmandade são detidos.
29 de janeiro de 2011	Mubarak se recusa a renunciar e divulga seu novo vice-presidente: Omar Suleiman.
06 de fevereiro de 2011	A Irmandade passa oficialmente a participar dos protestos, buscando através do diálogo negociar pelas demandas do povo. Suleiman tenta retirar o apoio com que a IM possui das entidades americanas.
11 de fevereiro de 2011	Mubarak renuncia e entrega o governo ao Conselho Supremo das Forças Armadas.
19 de março de 2011	Conselho aprova emendas que limitam a reeleição presidencial para dois termos de quatro anos.
28 de novembro de 2011 a 11 de janeiro de 2012	Eleições parlamentares. Conquista de 47,2% dos assentos pelo Partido da Justiça e Liberdade. .
23 de maio a 17 de junho de 2012	Eleições presidenciais. Mohammed Morsi vence com 51,7% dos votos.

(Fonte: dados retirados do site <<http://www.aljazeera.com>>)

As semanas que sucederam a deposição de Mubarak significaram uma grande movimentação para os membros da Irmandade Muçulmana, que se organizavam para o

referendo constitucional que iria ocorrer em março de 2011. Com isso, os integrantes do grupo se uniram para a nomeação de líderes do Partido da Justiça e Liberdade, que mesmo tendo levantado diversas críticas sobre a veracidade da autonomia do grupo no cenário internacional, a Irmandade prosseguiu com os seus planos ativos no cenário político (HOUDAIBY, 2013).

O referendo constitucional de março teve mais de 77% de votos a seu favor, e dentre eles, o grupo da Irmandade Muçulmana, e até mesmo os salafistas declaravam veemente seu apoio. Embora o referendo expressasse a vontade da população de ter um governo secular, com eleições justas, a mídia ao redor do mundo viu o resultado como um reflexo do poder islâmico no Egito. Jonathan Head (2011) escreveu no site da BBC News sobre o receio do parlamento e governo se tornarem uma “ditadura da minoria”²⁷, onde apenas um partido teria total dominância sobre as decisões, ao invés de se ter vários segmentos representando as vontades da sociedade egípcia. Assim, o receio de se ter uma polarização de forças no Egito era demasiadamente grande, tendo de um lado atores políticos do segmento islâmico, e do outro, os de caráter secular (HOUDAIBY, 2013).

Apesar das várias divergências em relação a como seguiria a atuação da Irmandade, há relatos que mostravam a importância das ações da Irmandade a partir daquele período. Antes de se tornar um candidato a concorrer nas eleições presidenciais de 2012, Mohamed Morsi declarou as intenções da Irmandade diante do regime democrático que estava por vir: “Não há dúvidas que a democracia genuína deve prevalecer. Enquanto a Irmandade Muçulmana é inequívoca em relação aos seus ideais islâmicos, ela rejeita qualquer tentativa de coagir uma linha ideológica sobre a população egípcia”²⁸ (MORSI apud SHENKER; WHITAKER, 2011, tradução nossa).

Ainda, Khalil al-Anani (2011) explicita os contornos que as atividades da IM iriam tomar no contexto interno e internacional, apontando a relevância da Irmandade no novo cenário que se propagava no Egito. Isso pode ser visto na seguinte citação:

O regime Mubarak foi muito habilidoso ao exagerar na influência que a Irmandade detinha e os colocando como ameaça a sociedade egípcia e do ocidente. Foi um pretexto do regime Mubarak, e era uma mentira. Acredito que se o Egito

²⁷ “Dictatorship of the minority”. A preocupação de muitos recaía nos rumos que a transformação democrática iria tomar, e qual seria a agenda dos grupos que iriam concorrer nas eleições. Para mais informações, consultar: HEAD, Jonathan. “Egypt revolution groups plan secular election strategy”. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/>>. 2011.

²⁸ There can be no question that genuine democracy must prevail. While the Muslim Brotherhood is unequivocal regarding its basis in Islamic thought, it rejects any attempt to enforce any ideological line upon the Egyptian people.

assegurar eleições livres e justas amanhã, a Irmandade não ganharia a maioria; iria ganhar uma presença significativa no parlamento, mas os assentos em geral, seriam pluralistas. É hora de o ocidente repensar suas atitudes com a Irmandade Muçulmana. Se eles não começarem a medir a relevância da Irmandade atualmente, eles irão cometer erros nos dias que estão por vir²⁹ (AL-ANANI apud SHENKER; WHITAKER, 2011, tradução nossa).

A minoria religiosa do Egito, como a cristã, externou também as suas preocupações sobre a Irmandade governar o país, como é relatado pelo cristão Ramez Atallah, líder da Sociedade da Bíblia Egípcia:

Meu receio é que se o novo regime, for um regime islâmico, seja impiedoso na sua orientação religiosa e não nos permitirá nem mesmo respirar. Eles acharão um jeito de fechar minha livraria. Não irão permitir mais que eu coloque cartazes nas rodovias. Não irão permitir que eu coloque anúncios nos jornais. Irão me acusar de proselitismo. No regime Mubarak eu estava bem, porque eu geria um negócio privado vendendo bíblias ao invés de fazer proselitismo...E a Irmandade Muçulmana tem lentamente infiltrado no exército assim como tem infiltrado as uniões. Eles têm trabalho nisso há trinta anos e têm sido cautelosos para chegar onde estão. Eles têm planejado por isso por um longo período. E ao contrário de Mandela, quando ele saiu da prisão e perdoou os indivíduos que trabalharam conjuntamente com o governo antecedente, a Irmandade anseia vingança ³⁰ (ATALLAH apud BRACKMAN, 2011, tradução nossa).

Isso significa que antes mesmo das eleições parlamentares e presidenciais ocorrerem, havia um grande receio de como o mundo reagiria diante das ações da Irmandade, especialmente nos rumos que a política externa iria se moldar com a queda de Mubarak. Como já foi mencionado, o receio da maioria recaía no fato da Irmandade se apresentar como um grupo islâmico político, e o ocidente temia que os ideais religiosos do grupo pudessem afetar a maneira que as relações exteriores do país seriam conduzidas.

Contudo, não era a Irmandade que apresentava ameaças em relação a ter uma postura conservadora diante do mundo ocidental – pelo contrário, a maior parte dos membros tinha uma postura liberal em relação à democracia e assuntos políticos. Por outro lado, os membros do grupo conseguiram achar um *modus vivendi* com as forças armadas ao mesmo tempo em

²⁹The Mubarak regime was very skillful at exaggerating the influence of the Brotherhood and painting them as a threat to Egyptian society and to the west," he added. "It was the pretext for Mubarak's rule, and it was a lie. I think that if Egypt held free and fair elections tomorrow the Brotherhood would not get a majority; it would enjoy a significant presence in parliament but the overall makeup of seats would be pluralistic. This is the time for the west to rethink its attitudes to the Muslim Brotherhood. If they don't start assessing the weight of the brotherhood accurately, they will make major miscalculations in the coming days.

³⁰ My fear is that the new regime, if it's anIslamic regime, will be merciless in its religious orientation and won't allow us even to breathe. They will find a way to close my bookshop. They won't allow me to put billboards on the highway anymore. They won't allow me to put ads in the newspapers. They will accuse me of proselytizing. With the Mubarak regime I was fine because I was running a private business selling Bibles rather than proselytizing . . . And the Muslim Brotherhood has slowly been infiltrating the army like they've infiltrated the unions. They've worked at it for thirty years and they've been very careful to get where they are. They've been planning for this day for a long time. And unlike Nelson Mandela, when he came out of prison and forgave people who worked with the former government, the Brotherhood wants revenge.

que lidavam com as raízes conservadoras de sua fundação inicial – o salafismo – que representava um aspecto altamente conservador em relação a postura liberal que buscavam (VIDINO, 2011).

A despeito de todos os receios, ameaças e opiniões diversificadas sobre o futuro do Egito, e conseqüentemente de sua política externa, as eleições parlamentares aconteceram e iniciaram-se em 2011, no mês de novembro até janeiro de 2012. O partido da Justiça e liberdade saiu vitorioso com praticamente metade dos assentos do Parlamento (47,2%), o partido al-Nour³¹ dos salafistas com 24,3% e o Novo *Wafd* com 7,6, o que mostrou a predominância dos muçulmanos no cenário político do Egito (VIDINO, 2011).

No período das eleições parlamentares, a Irmandade Muçulmana concordou em não lançar um candidato próprio para concorrer às eleições presidenciais de 2012. Com isso, o deputado Khairat El-Shater renunciou sua posição no grupo da IM para entrar na corrida eleitoral apenas como um candidato do partido da Justiça e Liberdade. Mas o candidato El-Shater foi desqualificado pela comissão egípcia que cuidava das eleições. Assim, o escolhido para concorrer as eleições daquele ano foi Mohamed Morsi³², que teve amplo apoio dos membros da Irmandade, ao disputar o cargo de presidente com o candidato independente Ahmed Shafiq em junho de 2012. Morsi saiu vitorioso nas eleições do Egito, com 51,7% dos votos, e se tornou o primeiro presidente eleito após a revolução de 2011. Porém, ao se tornar presidente, Morsi saiu da Irmandade Muçulmana alegando que almejava ser presidente de todos os egípcios³³ (BBC, 2012; BISHARA, 2013).

³¹ Partido criado em 2011, caracterizado por ser um partido de ideologia islâmica extremamente conservador, onde a maioria dos membros (salafistas) buscam implantar a *sharia* na sociedade (HABER; IGHANI, 2013).

³² Na fundação do Partido da Liberdade e da Justiça, a Irmandade Muçulmana escolheu Morsi para ser o primeiro líder do partido em 2004 (SILVEIRA, 2013).

³³ A saída de Morsi não significou que o candidato estava renunciando aos princípios defendidos pela Irmandade. Pelo contrário, ele se apresentava como um candidato que carregava o significado e importância do islã moderado, assim como da democracia. No entanto, para não atender somente os interesses da maioria islâmica, ou somente da Irmandade, Morsi saiu do grupo com o discurso de “atender a demanda de todos os egípcios”. Ao longo de sua trajetória política dentro da Irmandade, Morsi foi um dos maiores porta-vozes do grupo, discursando em público sobre os princípios da Irmandade na política doméstica e internacional (KIRKPATRICK, 2012).

Figura 4 – Mohamed Morsi discursando durante a cerimônia em que os militares entregaram os poderes a ele



(Fonte: <<http://www.foreignaffairs.com>>)

Meses após a sua posse, especificamente em setembro de 2012, Morsi discursaria na 67ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o seu novo cargo de presidente da República do Egito, relatado na citação a seguir:

Vir aqui hoje e abordar o significado que a Assembleia Geral representa, reflete no fato de eu ser o primeiro presidente civil eleito democraticamente e livremente, seguindo uma grande revolução pacífica saudada pelo mundo. Essa revolução estabeleceu uma legitimidade genuína, através dos esforços de todos os egípcios, dentro e fora do Egito, e com a Graça de Deus. Hoje, cada egípcio compartilha um senso de autoconfiança, o que coloca ele/ela em patamares morais elevados. Nós adotamos vários caminhos na rodovia do estabelecimento de um estado moderno que o Egito anseia. Um deles está em sintonia com o presente, baseado no Estado de Direito, na democracia, e no respeito aos direitos humanos, e não compromete os valores firmemente enraizados nas almas dos egípcios. Um Estado que busca justiça, verdade, liberdade, dignidade e justiça social.

A revolução egípcia que fora fundada na legitimidade que eu represento perante vocês hoje, não foi produto de um momento fugaz, ou de uma breve revolta. Nem foi produto dos ventos que transformam a primavera ou outono. Pelo contrário, esta revolução, e todos os que precedem e seguem na região, foi desencadeada por uma longa luta de movimentos nacionais autênticos que buscaram uma vida de orgulho e dignidade para todos os cidadãos. Está refletindo na sabedoria da história, e está mandando um claro aviso para aqueles que tentam colocar os seus interesses perante o de seus povos³⁴(MOHAMED MORSI, 2012, tradução nossa).

³⁴ Coming here today and addressing the General Assembly carry meanings reflected in the fact that I am the first Egyptian civilian President elected democratically and freely, following a great peaceful revolution hailed by the world. This revolution established a genuine legitimacy, through the efforts of all Egyptians, inside and outside Egypt and with the Grace of God. Today, every Egyptian shares a sense of self-confidence, which puts him/her on higher moral grounds. We have taken several steps on the road towards establishing the modern state

Assim, ao reiterar sua posição de primeiro presidente egípcio eleito de forma democrática, Morsi indica a relevância que o governo democrático possui na vida do cidadão egípcio. Tal discurso disseminado por Morsi, que enfatiza a necessidade da liberdade e justiça social será muito contestado nos meses que precedem o seu mandato. Como será visto na sessão seguinte, Morsi fracassou na defesa dos valores colocados em seu discurso, pois não soube conciliar os diferentes ideais que permeavam o seu governo, principalmente as ideologias que advinham da Irmandade.

Na próxima sessão veremos os planejamentos do governo Morsi em relação as políticas que iria adotar após assumir a presidência. A política externa de Morsi teve vários estudos, que tentaram indicar quais foram os caminhos escolhidos e delimitados pelo presidente: continuidade das relações que se tinha no governo Mubarak ou uma ruptura completa?

Em tais estudos, analisaremos o foco da política externa de Morsi, os principais objetivos que seu governo almejava e quais entidades eram as maiores influenciadoras de sua política, para posteriormente estudarmos o papel da Irmandade na política externa do governo Morsi.

3.2A política externa do governo Morsi

Morsi assumiu o governo no verão de 2012, e a maior parte do seu grupo de apoio do governo contava com a presença das afiliações de cunho islâmico tendo cerca de 17 conselheiros a seu auxílio. Grandes transformações eram esperadas em sua liderança, principalmente na política externa do país, mas no primeiro momento, Morsi não buscou um comportamento voltado para o *status quo* na região do Oriente Médio, e procurou novos parceiros no cenário internacional (JUBRIL, 2013).

the Egyptians aspire for. One that is in tune with the present, is based on the rule of law, democracy, and respect for human rights, and does not compromise the values firmly embedded in the souls of all Egyptians. A state that seeks justice, truth, freedom, dignity and social justice. The Egyptian revolution that was founded on the legitimacy that I represent before you today was not the product of a fleeting moment, or a brief uprising. Nor was it the product of the winds of change of spring or autumn. Rather, this revolution, and all the ones preceding it and following it in the region, were triggered by the long struggle of authentic national movements that sought a life of pride and dignity for all citizens. It is thereby reflecting the wisdom of history, and is sending a clear warning to those attempting to put their interests before those of their peoples.

Ao invés de reafirmar seus laços com os EUA (tendo em vista que a política externa de Mubarak era altamente pró-ocidental), o governo Morsi tomou uma postura ativa com outras nações, como a China, Irã, Arábia Saudita e Etiópia. A visita de Morsi à China não só significou um novo parceiro para o Egito, mas também a aceitação de que uma nova potência se destacava nas relações internacionais, e se tornara também fundamental para a política egípcia (HABER; IGHANI, 2013; JUBRIL, 2013).

Já a aproximação com as nações do Oriente Médio, repercutiu na discussão dos problemas na Síria e na Faixa de Gaza, nos quais Morsise debruçou para encontrar soluções. A visita ao Irã significou a preocupação do Egito de se aproximar dos países muçulmanos, principalmente no que diz respeito a uma unidade árabe, que faria com que os países do Oriente Médio colaborassem entre si independente da religião adotada em seus respectivos países. A presença de Morsi foi importante no Irã, pois era a primeira visita realizada após muitas décadas, e também mostrou que a diferença entre os islâmicos era algo que podia ser superado, tendo em vista que a maioria do Egito era sunita e a maioria do Irã era xiita (JUBRIL, 2013).

Se aliar ao Irã trazia diversas regalias ao Egito, tais como um considerável poder de barganha nas relações econômicas com os EUA e os países da Europa, tendo em vista que os países do ocidente, como os EUA (e também algumas nações do Golfo Pérsico) não viam de modo positivo uma aliança egípcia com o Irã. Ainda, simbolizava certa independência da influência e controle perante as potências do ocidente, colocando o Egito em um patamar elevado diante das nações muçulmanas, e o depositando a oportunidade de se tornar um possível mediador nas relações da região. Mesmo com as pressões dos EUA e Israel para que Morsi não visitasse o Irã em agosto de 2012, o presidente do Egito foi ao país com o intuito de colocar a nação egípcia em uma nova posição no cenário internacional, e para prover que o Egito era capacitado para tomar decisões próprias, sem atentar-se diretamente para as pressões dos EUA (FELSBERGER, 2012; HABER; IGHANI, 2013).

Vale lembrar que apesar das diversas divergências ao longo dos anos (devido ao distanciamento do Egito com o Irã desde a assinatura dos Acordos Camp David), Ali Khamenei (atual líder espiritual do Irã) reconheceu não só o governo Morsi, mas também a Irmandade Muçulmana. O líder iraniano viu a revolução no Egito como o “despertar da população” da mesma forma que havia ocorrido no Irã, na revolução de 1979 (KLEIB, 2014).

Porém, não durou muito a tentativa de normalizar as relações com o Irã, já que os maiores opositores do governo – advindos do partido salafista Al-Nour não aceitavam que o Egito mantivesse parcerias formais com Estados de maioria xiita (FELSBERGER, 2012).

Nesse sentido, a Revolução de 2011, e a consequente chegada de Morsi ao poder não significaram necessariamente uma mudança na diplomacia egípcia. Na abordagem do autor Halliday (1999), o grande desafio dos Estados que presenciaram grandes movimentos revolucionários não recaiu na reformulação da diplomacia ou no modo em que as relações internacionais são conduzidas, mas no fato de a política externa do país dar maior relevância a mudanças nas relações de cunho social e político com as demais nações. Logo, a aproximação de Morsi com as nações vizinhas representava a sua tentativa de contornar as questões sociais que por muito tempo foram um empecilho e afastamento do governo Mubarak com várias questões e problemas regionais, como o próprio tema da Palestina. Nessa tentativa de restaurar os laços com a Palestina, e outros vizinhos árabes, o Egito apostou na reforma da visão regional do país, ao almejar reassumir uma postura de liderança na região árabe que uma vez o Egito ocupava (FELSBERGER, 2012; HABER; IGHANI, 2013).

Vale lembrar que desde a assinatura dos Acordos de Camp David³⁵, o Egito foi isolado da comunidade árabe e muçulmana, além de ser expulso da Liga Árabe. Desde o acordo de paz, Israel aproveitou algumas das vantagens econômicas e militares, como a manutenção de tropas israelenses no Sinai, o bloqueio em Gaza (desde as eleições do grupo Hamas), e o baixo do preço do gás egípcio. Essa relação entre Egito e Israel, apesar de ter sido benéfica para a reafirmação da aliança³⁶ com os EUA, foi extremamente rejeitada pela população egípcia por décadas e foi reafirmada na Revolução de 2011 (FELSBERGER, 2012).

Dessa forma, em 2012, a política de Morsi se voltou para a aproximação com a causa e população palestina, e a IM do mesmo modo tinha relações próximas com o Hamas, grupo palestino e em meados de 2010, os membros da IM anunciaram o seu apoio a Palestina em seu programa eleitoral. Desde sua posse, Morsi de fato colocou a causa palestina como prioridade em sua agenda da política externa para assegurar a segurança doméstica e regional (e não devido a ideologia da Irmandade de apoiar os palestinos), tendo em vista que o conflito israelense-palestino poderia trazer riscos aos egípcios, logo, o governo egípcio agiu na faixa de Gaza para evitar futuros problemas (HABER; IGHANI, 2013).

Inclusive, Morsi colocou o aparato militar do Egito para conduzir as relações com Israel, na tentativa de encontrar flexibilidade em relação a sua postura diante da Palestina e conciliar com o Acordo de Camp David (que concedia muitas regalias estratégicas ao Egito).

³⁵ Assinado em 1978, os Acordos de Camp David representaram um tratado de paz realizado entre Egito e Israel, a fim de cessar as hostilidades entre os dois países, que tiveram desavenças por décadas (LAMAS, 2004).

³⁶ Discussões recentes apontam que o cancelamento do Tratado de Camp David representaria uma drástica mudança nas relações dos EUA com Egito, podendo até haver intervenções nos assuntos domésticos do Egito pelos EUA (FELSBERGER, 2012).

No entanto, ao delegar ações para outros atores, Morsi permitiu uma maior liberdade para que outros atores influenciassem nas decisões de sua política externa, mas esse tema será discutido mais adiante, ao abordarmos o papel do PjL (FELSBERGER, 2012).

No âmbito regional, além do problema na Palestina, o presidente Morsi também iniciou ações em relação à Síria. Segundo Haber e Ighani (2013), a política externa de Morsi, a princípio se mostrou claramente ativa no Oriente Médio, comparada a de Mubarak que não tomava iniciativas no que diz respeito a encontrar soluções para os conflitos regionais que assolavam o território há diversos anos. Portanto, Morsi se aliou a outras nações muçulmanas, como o Irã, Arábia Saudita, e Turquia para tomar frente destas causas. Ainda que não tenha obtido sucesso na resolução dos problemas, o esforço e as atividades de Morsi se destacaram em 2012.

A política externa de Morsi também voltou os seus olhares para a relevância da milícia do continente africano, ao visitar a Etiópia, tentando fazer com que o Egito retorne a imagem de uma nação com uma postura forte, com o poder de fazer a diferença na história do mundo. Ainda, em relação aos países da Europa, o apoio destes se fizera presente na transformação da política externa do governo Morsi. Os países da União Europeia procuraram reiterar o apoio ao Egito, prometendo investimentos e programas de apoio para a criação de empregos no Egito(FELSBERGER, 2012).

As antigas relações do Egito com os países ocidentais, como os da Europa, sempre fora baseada no apoio destes ao regime autoritário de Mubarak durante décadas. O motivo deste apoio era evitar grandes migrações de árabes para a Europa, caso movimentos sociais ocorressem. Ainda, havia o receio da perda do comércio de fontes primárias na economia, por isso, os países da Europa estabeleceram a intitulada Política da Boa Vizinha Europeia (European Neighbourhood Policy – ENP, em inglês) instituiu a paz com as nações árabes e assegurava suprimentos de gás e petróleo para os países europeus(FELSBERGER, 2012).

O Egito também tinha relações há várias décadas com a grande potência estadunidense, que foi um dos maiores contribuintes financeiros do país nos últimos anos, investindo cerca de dois bilhões de dólares direcionados ao aparato militar egípcio. O Egito sempre se mostrou como um país âncora para os interesses militares da política norte-americana na região do Oriente Médio, e os EUA buscou o apoio do regime Mubarak para a concretização dos objetivos da política externa americana nos territórios árabes. Apesar do regime de Mubarak não apresentar os ideais americanos de democracia e respeito aos direitos humanos, os EUA apoiava o seu governo, investindo pesadamente na economia egípcia(JUBRIL, 2013).

Os EUA têm de fato, feito presença no Egito por décadas através do auxílio militar, econômico ajudando muitas vezes o Egito a ressuscitar a sua economia por meio de financiamentos realizados pelo FMI (Fundo Monetário Internacional). Sendo assim, pode-se dizer que os EUA ingeriram amplamente na política externa do Egito por muito tempo. Além disso, a nação americana é um dos parceiros mais importantes para o Egito sendo o fornecedor de mais de setenta bilhões de dólares desde os acordos de paz com Israel (BRACKMAN, 2011).

Ao tomar posse, Morsi se deparou com os problemas econômicos que assolavam o Egito há anos, e que podiam decretar a economia como falida. Outro problema era que para sanar as dificuldades econômicas, o Egito dependeu por um longo período de capitais externos, e mais uma vez, o governo Morsi precisava de uma parceria que tirasse o país de falir. Mesmo com as condições precárias, tanto no âmbito econômico, como social (havia vários problemas de pobreza e falta de infraestrutura), no qual o governo antecessor sempre recorreu à intervenção externa dos EUA e do FMI para aliviar as tensões da economia egípcia, o governo Morsi procurou auxílio de outras fontes, como da Alemanha e da Arábia Saudita (JUBRIL, 2013).

Contudo, as transformações na política externa do governo Morsi não impediram que os EUA tentassem obter novos meios de influência na sua relação com o Egito. De acordo com Jubril (2013), o governo dos EUA aprovou um orçamento de US\$ 1,3 bilhões pelo Financiamento Militar Externo (Foreign Military Financing – FMF – em inglês) direcionados a defesa de Cairo. Ainda, a administração de Obama propôs um auxílio econômico no valor de US\$ 250 milhões no ano de 2012, além da promessa de auxílio de grandes instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, para socorrer o Egito em seus períodos de crise econômica. Ainda com esse apoio, os EUA eram extremamente receosos com o novo governo e a política de Morsi, pois temiam que o status quo que caracterizou o Egito por décadas desaparecesse, tendo em vista que a Irmandade se encontrava muito próxima das ações políticas do governo egípcio (HABER; IGHANI, 2013).

Um dos grandes receios do governo Morsi era que a ingerência dos EUA infringisse a soberania do país, logo, as relações com os EUA passaram ser mais cautelosas, onde a presidência e o aparato militar do Egito negociavam os auxílios e acordos na área econômica e militar, para que assim, a assistência norte-americana ficasse mais restrita. Além dos militares, um dos conselheiros das relações exteriores do Egito era Gehad El-Haddad, membro do Partido da Justiça e Liberdade. Inclusive, Essam El-Haddad (pai de Gehad) foi o gerente da campanha de Morsi, o que garantia que os ideais da Irmandade fossem preservados e para os

membros ficarem próximos a política do Egito. Porém, dentro do aparato institucional do governo, Morsi concentrou os seus esforços no equilíbrio das relações entre as diferentes ideologias existentes na representação do país, manuseando as ações entre as posições dos tecnocratas e islâmicos, para que uma posição não dominasse os contornos da política doméstica e externa (FELSBERGER, 2012; HABER; IGHANI, 2013; SHARP, 2014).

Uma das marcas da política externa de Morsi (além da ampla participação em acordos internacionais e cooperação regional) recaía no fato do presidente egípcio não ter buscado ampliar a revolução de 2011 e as ideologias propagadas naquele período para as demais nações. Morsi e os integrantes da SCAF procuraram, sobretudo, renunciar grande parte dos ideais da Revolução em sua política externa, o que traria problemas futuros para a continuidade de seu mandato em 2013 (HABER; IGHANI, 2013).

Na verdade, Wallerstein (2012) discute que o grande foco dado na política externa pela presidência de Morsi serviu apenas como uma alternativa para o governo desviar a atenção dos egípcios dos próprios problemas internos. Com a grande instabilidade interna que Morsi se deparou ao chegar no poder, o objetivo de seu governo se pautou inicialmente em atividades na política externa com o intuito de obter regalias de várias nações. Suas primeiras iniciativas no âmbito externo buscaram alcançar múltiplos resultados para aliviar a maior parte das pressões internas, e satisfazer a própria demanda da sociedade por uma maior participação do Egito nas relações internacionais. A dinâmica da política do governo egípcio não se regulou necessariamente às preocupações da opinião pública, mas sim as entidades responsáveis por influenciar a política externa de Morsi, como: os militares e os integrantes da Irmandade Muçulmana através do Partido da Justiça e Liberdade (HABER; IGHANI, 2013).

Nos anos de 2012 e 2013, a política de Morsi foi claramente contemplada por ideologias presentes nos discursos da Irmandade (a própria mudança nos contornos da política externa demonstra essa questão) vistas nas alianças regionais (com o Irã e a Palestina, por exemplo) e nos propósitos dos membros do PJJ ao se fazerem parte da equipe que conduzia as relações exteriores do país. Todavia Morsi tentou retirar a influência da Irmandade, e dos ideais que fizeram parte de sua formação, principalmente no tocante a relação com os EUA e Israel. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se distanciava das políticas de Mubarak ao ter a participação da Irmandade, Morsi mostrou que sua política tinha elementos de continuidade ao ter o seu receio de favorecer de forma exclusiva os ideais da Irmandade (HOUDAIBY, 2013; SHARP, 2014).

De modo geral, a prioridade do governo Morsi se deu na área da política exterior, enfatizando a necessidade de assegurar a segurança nacional, a aliança regional. O

pragmatismo da política externa de Mohamed Morsi buscou preservar os acordos prévios como os de Camp David, ainda que a simpatia pela causa palestina e o anti-sionismo fossem uma das principais políticas defendidas pela Irmandade. No entanto, o Egito se tornou um mediador da paz temporária entre o grupo Hamas e Israel, manuseando assim, a sua cooperação na região do Oriente Médio. Já na área econômica, o Egito tentou aliviar as suas tensões por meio de alianças externas e promessas que abrandariam os males das pressões econômicas na sociedade egípcia, contudo, Morsi não foi capaz de mitigar os problemas internos do país, que se agravaram novamente após ser deposto em julho de 2013.

3.3 Influência da Irmandade Muçulmana na política externa do governo

Morsi

Sabe-se que várias entidades têm a capacidade de influenciar a política externa de um país, e conseqüentemente impetrar suas determinadas percepções e ideologias na agenda política do governo. Dentre estes atores, encontram-se as personalidades do coordenador das Relações Exteriores (Khaled El-Qazzaz) e o conselheiro do comitê de Relações Exteriores (AmrDarrag) que nos anos de mandato do governo Morsi buscaram formas de “institucionalizar” o processo de tomada de decisão da política externa do país, como um dos principais objetivos do Partido da Justiça e Liberdade. Além deles, grande parte das instalações governamentais do Egito contava com a presença de membros da Irmandade, como nos Escritórios de Orientação do governo, na liderança do parlamento e no gabinete presidencial (HOUDAIBY, 2013; TRAGER; KIRALY; KLOSE; CALHOUN, 2012).

Já dito em capítulos passados, o Partido da Justiça e Liberdade tem sua grande parte de formação nos princípios e tem sido formado por quadros próprios da Irmandade Muçulmana, mesmo sendo considerado um partido independente da Irmandade. Até a sua plataforma seguiu a ideologia e várias das percepções da Irmandade, principalmente nos assuntos de política externa. Vale acrescentar também, que o Partido da Justiça e Liberdade sempre se apresentou como um aliado do candidato Morsi, e mesmo se apresentando como religioso (de orientação islâmica), os objetivos do partido se afiliaram com os interesses nacionais do novo regime de 2012 (HABER; IGHANI, 2013).

Após as eleições que levaram a vitória do Partido da Justiça e Liberdade, os membros da Irmandade decidiram se focar nos problemas que a política externa do Egito apresentava. Antes mesmo de Morsi subir ao poder em 2012, os integrantes da Irmandade, através do PJJ formulavam estratégias e discutiam várias questões que afetavam a política externa do Egito. Um dos problemas mais discutidos era o da causa palestina, e em como as relações do governo Mubarak com Israel (normalizadas nos acordos de Camp David), contrastavam com os ideais defendidos pela Irmandade de apoio aos povos islâmicos – uma forma de comprometimento ao pan-islamismo e unidade árabe. Estas formas de “visões de mundo” defendidas pela Irmandade Muçulmana remetem a discussão de Goldstein e Keohane (1991), dos quais apontam como grupos e pessoas que disseminam ideais de grandes religiões, como a muçulmana, conseguem articular formas de moldar o pensamento do indivíduo seja através de instituições formais ou pelo simples discurso. Ao vencer as eleições parlamentares, vários integrantes da Irmandade foram capazes de lançar as ideologias do grupo para a política externa do país, como foi abordado no tópico anterior (HABER; IGHANI, 2013).

Os ideais defendidos pela Irmandade e disseminados na arena política, podem ser vistos através dos três principais objetivos elencados na plataforma do Partido da Justiça e Liberdade no ano de 2012, tais como: alcançar o status de líder regional no Oriente Médio; rejeitar qualquer envolvimento do ocidente nas questões da Palestina e da Síria; e alcançar a independência em relação às potências internacionais. A plataforma apresentada pelo partido também defendia possíveis cenários para a melhora na economia egípcia, abordando cinco panoramas para o país: o primeiro seria de impulsionar a economia através de afiliações na própria região do Oriente Médio; o segundo está ligado ao crescimento das relações com os EUA; o terceiro panorama seria o das relações com os países europeus; o quarto explora as relações egípcias com os novos atores relevantes nas relações internacionais – as potências asiáticas; e por fim, o quinto panorama é o do Egito impulsionando as suas interações e cooperação com o resto do mundo. Os pontos defendidos pelo partido mostram que um dos objetivos primordiais para os integrantes do partido era que o Egito tivesse um papel mais ativo na comunidade internacional, atuando cada vez mais no aspecto multilateral (HOUDAIBY, 2013).

Ao considerarem o Egito um país de extrema relevância pela sua história e cultura, os integrantes do partido – assim como a Irmandade – almejavam que o país se tornasse um “poder pivô” na região. Pode-se afirmar que o projeto do partido para o futuro da nação egípcia se caracterizava como islâmica e nacionalista, onde enfatizavam a necessidade de haver a proteção dos interesses dos egípcios no âmbito interno e externo. Inclusive, na área da

política externa, um dos interesses refletia na ingerência das grandes potências nos assuntos internos de nações como a egípcia, e a defesa da soberania—que também foram objetivos propostos na plataforma do partido nas eleições presidenciais de Morsi em 2012. Por isso, houve a redefinição das relações com os EUA no governo Morsi no ano de 2012, para que imposições norte-americanas não fossem feitas nas decisões do Egito, tanto nos assuntos internos quanto nos internacionais, limitando assim o seu escopo de atuação no relacionamento com o Egito (HOUDAIBY, 2013; SHARP, 2014).

Dessa forma, o PJJ defendia uma maior atuação e cooperação do Egito a nível regional (ao invés de estreitar os laços com as grandes potências), para fortalecer a ideia do país como líder e para obter apoio de países islâmicos. A ideia de tornar o Egito independente em seus assuntos internos e externos remete aos ideais defendidos pela Irmandade, que foram amplamente propagados pelo Partido da Justiça e Liberdade. Os integrantes do PJJ e Morsi incorporaram esse pensamento na política externa do Egito, tentando tornar o país um líder regional, ao aproximar-se cada vez mais dos problemas que assolavam o Oriente Médio. Mesmo que Morsi tenha resistido³⁷ de implantar algumas políticas regionais como as que defendiam a causa palestina (com receio da perda de apoio dos EUA), as percepções defendidas pela Irmandade conseguiram se sobrepor e incluir temas regionais na agenda da política externa, através do Partido da Justiça e Liberdade (WALLERSTEIN, 2012).

De fato, a causa palestina fora um dos objetivos mais explícitos que o partido elencou na sua plataforma nas eleições parlamentares de 2011. Com isso, eles apoiaram para o cenário regional, políticas regionais anti-sionistas, pois a defesa da questão palestina tinha uma relevância maior que as relações com as potências ocidentais, como os EUA. As próprias relações próximas entre Egito e Israel (apoiadas veemente pelos EUA) eram vistas como uma preocupação para a Irmandade, pois acreditavam que o papel do Egito havia diminuído consideravelmente na manutenção das relações com os seus vizinhos africanos e árabes. Essa afirmação pode ser vista na passagem seguinte, em um discurso feito pelo Partido da Justiça e Liberdade, nas eleições parlamentares:

O humilhante declínio do status do Egito e do seu papel regionalmente e internacionalmente foi tão longe a ponto do Egito ter suprido os sionistas que ocuparam a Palestina e Jerusalém com gás e petróleo, a preços baixíssimos de mercado, enquanto os egípcios se encontravam em péssimas necessidades dos mesmos. Nós impedimos e hostilizamos os combatentes da liberdade na Palestina. Nós falhamos na manutenção do problema do Sudão do Sul e a Convenção sobre a Bacia do Nilo. Nossa segurança nacional estava em perigo, mesmo nas profundezas

³⁷ Quando ainda era um dos líderes da Irmandade, Morsi criticava abertamente os que apoiavam Israel e os sionistas, e em seus discursos de 2010, ele sempre falava da necessidade de apoiar a Palestina e o grupo Hamas (KIRKPATRICK, 2013).

dos reinos árabes e africanos...³⁸ (PARTIDO DA JUSTIÇA E LIBERDADE apud HOUDAIBY, 2011, tradução nossa).

Posto esta declaração, vale salientar que a agenda da política externa do PJJ incluiu também o continente africano, enfatizando a necessidade de estreitar os laços com os países da Etiópia e Sudão nos planos de abertura econômica do Egito. Morsi seguiu estes objetivos traçados pelo PJJ em 2012, realizando visitas a alguns países africanos no intuito de renovar os vínculos bilaterais do Egito com estes países. Além disso, em declarações da própria Irmandade, estes apontam a relevância de se ter um novo olhar sobre a África que traria regalias nas relações externas egípcias, tendo em vista que o governo Mubarak negligenciou ter maiores vínculos com países africanos na década de 1990. Todavia, após as eleições parlamentares, colocar os objetivos e ideais da Irmandade Muçulmana em prática não foi simples. Houve várias divergências ideológicas entre os principais partidos do governo em relação à postura que o Egito deveria seguir no governo que estava por vir. Posteriores eleições parlamentares de 2011, viam-se claramente duas linhas ideológicas: de um lado, o Partido da Justiça e Liberdade, apresentando-se como um grupo islâmico moderado que buscava a democracia para todos (tanto para os islâmicos, quanto para os demais civis de outras religiões); e do outro, o Partido Al-Nour, que representava o extremismo islâmico através dos salafistas (BRACKMAN, 2011; HOUDAIBY, 2013; LEYNE, 2011).

Rejeitando qualquer forma de cooperação e relações com países ocidentais, os salafistas buscavam reiterar a necessidade da aplicação da lei da *sharia* no Egito, para enfatizar a importância da religião islâmica na sociedade, separando explicitamente o modo de lidar de forma diferente com atores islâmicos e civis. Tal extremismo fez com que a Irmandade buscasse apoio em outros partidos, pois o movimento social de base do grupo não defendia os mesmos princípios que os salafistas, e integrar o Partido Al-Nour nos objetivos expostos da Irmandade comprometeria a identidade islâmica propagada pelos Irmãos Muçulmanos. No período posterior as eleições que levaram a vitória do candidato Morsi em 2012, a Irmandade sempre buscou apoiar as decisões do presidente, independente de abarcarem interesses religiosos. Mesmo que algumas políticas de Morsi não tenham direcionado o país para resultados inteiramente satisfatórios, o presidente conseguiu obter apoio da maioria islâmica por um longo período em seu governo (HOUDAIBY, 2013).

³⁸The humiliating decline in Egypt's status and its role regionally and internationally went so far that Egypt was supplying the Zionist occupiers of Palestine and Jerusalem with gas and oil, at the cheapest below-market prices, while Egyptians were in bad need of the same. We blockaded and antagonized freedom-fighters in Palestine. We failed in managing the Southern Sudan issue and the Convention on the Nile Basin. Our national security was in danger, even in the depths of Arab and African realms...

No entanto, no que concerne as ações da Irmandade no âmbito legislativo, seus integrantes falharam muitas vezes ao tentarem empregar políticas de pressão para influenciar as decisões políticas do governo, em detrimento de outros atores que faziam parte do cenário político do Egito, como os militares, especificamente o Supremo Conselho de Forças Armadas. Estes, por sua vez tinham legitimidade de agir em prol da democracia, e acabaram não utilizando esta legitimidade em benefício da promoção dos valores democráticos no Egito, principalmente quando Morsi aboliu a declaração que impedia que o Supremo Conselho das Forças Armadas utilizasse os poderes do legislativo (HOUDAIBY, 2013).

Mesmo sob estas condições que desfavoreciam a posição da Irmandade no cenário político, o grupo buscou que o Egito aumentasse o seu escopo de atuação na arena internacional. E ao invés de delegar os problemas do país à ingerência do ocidente na região (como os grupos mais extremos faziam), o grupo reiterou que em seus objetivos políticos, uma agenda “anti-ocidental” não constava em seus planejamentos, logo, as relações com grandes países como os EUA eram necessárias para a economia e militância egípcia, mas as interações entre a presidência norte-americana e egípcia deveriam ser limitadas, para que os erros cometidos na política externa do governo Mubarak não se repetissem. Assim, a IM não buscou resistir da influência que os EUA possuem no território, mas sim de evitar que a potência norte-americana impusesse seus interesses de forma direta no país (JUBRIL, 2013).

Embora a Irmandade tenha implantado várias mudanças na política externa do país, a característica de “independência” defendida pelo grupo em sua plataforma política tinha traços mais conservadores do que inovadores. De fato, a cooperação e multilateralização do Egito eram primordiais para que o desenvolvimento do país, mas pode-se observar que a ênfase do grupo islâmico era a de uma maior atuação da nação egípcia no cenário regional, aderindo aos desafios que a balança de poder que o período de 2012 e 2013 apresentaram na região. É interessante observar que a Irmandade Muçulmana conseguiu propagar as suas percepções através das instituições políticas, e incidiu em várias decisões da política externa a partir das crenças do grupo (HOUDAIBY, 2013).

Na verdade, as ações da Irmandade no cenário político reiteram a discussão de Warner e Walker (2011), nos quais afirmam acerca das atividades de grupos religiosos que podem estimular as decisões de um governo. Sendo assim, a religião islã da Irmandade se apresenta como um determinante nas relações causais, pois o islamismo está presente tanto na cultura egípcia (a maior parte da população segue os preceitos do islã), como em suas instituições governamentais.

Pode-se notar que a tradição religiosa da Irmandade foi influente já na Revolução de 2011, quando decidiu participar do movimento e conseguiu que diversos indivíduos aderissem as causas defendidas da Irmandade. Ainda que a maior demanda da sociedade egípcia (e da própria Irmandade) fosse a de consolidar um governo democrático no Egito, isso não significava abandonar os ideais do islã que formaram e moldaram o pensamento dos próprios indivíduos. Os membros da IM almejavam que a religião islâmica fosse incorporada no cotidiano dos indivíduos, mas não sob a forma da *sharia*, (como era defendida no início da formação do grupo) e sim como um meio de conscientização para a população (TRAGER; KIRALY; KLOSE; CALHOUN, 2012).

No que tange a política externa, a Irmandade mostrou que a religião pode de fato ser uma determinante nas relações com os demais atores. Ao firmar seu apoio a causa palestina, e reiterando a importância de estreitar os laços com nações islâmicas, o grupo da Irmandade, através do PJP coloca o discurso dos pilares do islã na prática da política externa do Egito. Logo, uma das razões de se aliar a países islâmicos recaía no problema secular da ingerência e interesse das nações ocidentais no Egito, que fazem com que o país sofra várias influências do ocidente, deixando de lado os princípios islâmicos que permeiam a sociedade (como ocorreu no período em que a Inglaterra colonizou a região).

Ao procurar alianças regionais, autores como Gold (2013) afirmam que havia ainda uma aliança muito forte de Morsi diante dos princípios da Irmandade que o guiaram. Nas crenças islâmicas disseminadas pela Irmandade, pode-se observar claramente a necessidade de proteger os islâmicos, para assim, trazer os ensinamentos do islã para o cotidiano das diversas sociedades. Influenciado pelo grupo, Morsi direcionou sua política externa para o âmbito regional, fazendo acordos com países como Irã, mesmo que colocassem em risco as relações do Egito com o seu grande investidor, os EUA. Com isso, Morsi, juntamente com os membros do Partido da Justiça e Liberdade agiram de acordo com as suas crenças e visões de mundo, abordadas por Keohane e Goldstein (1991), que podem apresentar um viés religioso, principalmente se a religião estiver enraizada nas instituições e na cultura – como é discutido pelos autores Warner e Walker (2011).

Dessa forma, a religião não pode ser vista somente como uma simbologia cultural, mas também como uma forma de poder, capaz de transformar a ordem social e política existente. A partir da Revolução, vimos que a Irmandade foi o grupo que liderou a sociedade egípcia para um novo governo, apresentando os seus ideais na medida em que seus integrantes se aproximavam do poder. No entanto, há discussões, como as realizadas por Gold (2013) que analisam que a aproximação do Egito com os regimes árabes em 2012 era visto como uma

forma de concretizar o antigo objetivo restabelecer uma Unidade Árabe, para consolidar parte da ideologia islâmica da Irmandade, que almejava erguer o califado novamente no mundo árabe.

Em capítulos passados, abordamos como as ideias podem ser uma ferramenta útil, especialmente se houver uma tradição religiosa que seja convergente com os ideais propagados por um grupo. No estudo sobre as atividades da Irmandade na política doméstica e externa, notamos que as crenças islâmicas dos integrantes repercutiram em suas ações e no processo de formulação de decisão do país. No governo Morsi em 2012, a identidade do Egito no meio internacional tinha traços da ideologia defendida pela Irmandade, que desde a morte do presidente Sadat não era vista de modo positivo. Assim, com o engajamento político do grupo, as crenças e ideais disseminados pelos Irmãos Muçulmanos se sobressaíram no século XXI, quando a maior parte dos membros buscou meios pacíficos de atingir objetivos antigos do grupo.

Como um grupo de pressão, a Irmandade liderou a maioria dos egípcios para que sua legitimidade finalmente fosse reconhecida. O estabelecimento dos integrantes do grupo nas instituições de governo egípcio permitiu que as percepções e crenças da Irmandade fossem postas em prática na política externa, ainda que promovesse divergências com o presidente Morsi, principalmente no que diz respeito as relações do Egito com Israel. Mas as pressões do grupo tiveram resultados nas políticas de aproximação e defesa da causa palestina, que fizeram com que o Egito aderisse uma nova posição no cenário regional e internacional.

A Irmandade sempre teve sua presença na política externa do Egito, e sua participação foi clara no ano de mandato do governo Morsi, principalmente pela predominância dos ideais dos membros da parte moderada do grupo. Houve uma tentativa de reorientar a política externa, limitando a ação norte-americana na região e buscando apoio e soluções ao problema palestino. Mesmo com grandes aspirações ideológicas e ideais islâmicos, a Irmandade Muçulmana buscou que as políticas disseminadas fossem o mais próximas possível das percepções e ideais defendidos pelo grupo, por isso eles tinham o interesse de transformar a política externa do Egito em algo factível e que fosse benéfica a todos os islâmicos egípcios e não-islâmicos (HOUDAIBY, 2013; JUBRIL, 2013).

Porém, os membros da Irmandade não foram capazes de disseminar completamente as suas ideias através da política e do Partido da Justiça e Liberdade no breve governo de Mohamed Morsi, derrubado por um golpe em julho de 2013. Desde que negou as ordens da Suprema Corte Constitucional e decretou maiores poderes para si mesmo no final de 2012, o governo Morsi enfraquecer deliberadamente ao perder grande parte do apoio popular, até

conseguir ser retirado do cargo de presidente em 2013. Já os membros da Irmandade, mesmo prosseguindo com o seu discurso moderado, muitos foram presos após a queda de Morsi, e os que ainda continuaram livres procuraram propagar os objetivos pacifistas do grupo através do islamismo(SHARP, 2014).

CONCLUSÃO

A Irmandade Muçulmana foi e ainda é um dos grupos sociais e políticos mais notórios da sociedade egípcia, além de ser fonte de inspiração para a criação de diversas instituições e grupos islâmicos. Vimos como o grupo se formou e os objetivos explicitados durante a sua trajetória ao longo das décadas a partir da formação de al-Banna até a influência de pensadores extremistas como Qutb, transpassando pelo contexto político do século passado que acabou culminando na divisão interna do grupo em radicais e moderados. Apesar disso, os Irmãos Muçulmanos continuaram pregando os ideais islâmicos para tornar a sociedade egípcia um local onde a religião tivesse um papel importante, em todos os seus aspectos sociais, políticos e pessoais. Mesmo tendo sido banido pelos governos egípcios diversas vezes, a Irmandade procurou traçar o seu caminho na esfera ideológica, tentando alcançar os patamares mais altos da sociedade para disseminar os seus ideais.

Com o advento da Revolução de 2011, a oportunidade da Irmandade se sobressair finalmente aconteceu, e sua participação foi de suma importância para os rumos da política egípcia e também da política externa do país. Através do partido da Liberdade e Justiça, muitos membros da Irmandade conseguiram adentrar no campo político, finalmente impondo ideais que almejavam alcançar há décadas. Com a vitória do ex-membro do grupo, Mohamed Morsi, os objetivos traçados pela IM se tornaram mais claros e factíveis de acontecer.

Morsi adentrou vários temas em sua agenda política, preocupando-se primordialmente com os da área econômica e militar. Ainda que a ênfase destes temas na política externa tenha sido um pretexto para sanar os problemas internos do Egito, eles trouxeram resultados benéficos para as relações externas do Egito. Mas no geral, Morsi mostrou uma política externa dúbia, marcada pelo temor da influência que a Irmandade exercia nas suas decisões, (ao não afastar totalmente o *status quo* defendido anteriormente por Mubarak), e pela postura ativa e cooperativa no cenário regional e internacional.

Apesar do governo Morsi não ter persistido aos quatro anos de mandato que lhes fora designado, podemos concluir que a Irmandade teve um papel fundamental ao influenciar a política e sociedade egípcia ao utilizar-se do Partido da Justiça e Liberdade. Mesmo sem uma participação direta, os integrantes da Irmandade conseguiram disseminar sua ideologia por meio da política, e também conseguiram impetrar cada vez mais em vários segmentos da sociedade e das instituições egípcias. Embora houvesse muitas forças contrárias e receosas pelas ações do grupo, e de como um ex-membro do grupo conduziria as relações do país, os

ideais propagados pela Irmandade afetaram não só a sociedade egípcia, mas também as nações regionais e ao redor do mundo.

Vimos no último capítulo, referente à atuação da Irmandade na política externa de Morsi, que a ideologia é uma ferramenta forte, ao partir de um movimento social durante décadas, e se concretizando em 2011, até de fato conseguir ocupar um certo espaço no poder do governo. Ao alcançarem os aparatos do governo e tendo direta influência na política externa do Egito, a Irmandade mostrou que os princípios religiosos podem ser influenciar a política, mesmo advindo de um grupo de pressão doméstico. O islamismo foi a ferramenta da Irmandade por vários anos, e partindo dos estudos de Warner e Walker (2011), vemos de fato que os discursos e ações religiosas do grupo guiaram os membros e a sociedade para um novo futuro. No governo Morsi, os integrantes perpetraram as suas percepções e “visões de mundo” ao lideraram a política externa egípcia, principalmente no tocante as políticas regionais e pró-palestina. Ainda que o Partido da Justiça e Liberdade tivesse suas divergências com o partido extremista dos salafistas, os seus integrantes seguiram os objetivos traçados em sua plataforma em 2011, impondo ao máximo as suas percepções nas decisões de política externa. Ao lideraram a revolução no Egito em 2011, a Irmandade viu a oportunidade de se sobressair e sair da marca da “ilegalidade” que o grupo carregou por décadas.

Vale frisar que apesar de ter o Partido da Justiça e Liberdade como forma de representação dos interesses dos muçulmanos, ainda havia uma grande limitação das ações do grupo no cenário político. Assim, após a revolução, os integrantes da Irmandade utilizaram das instituições do governo egípcio para estabelecer a democracia no país, que seria o primeiro passo para a constituição do islamismo no poder. A ideologia islâmica do grupo também era encontrada na política externa, pois defendia alianças regionais, e se opunha totalmente ao programa americano de “democracia”, já que para a Irmandade as tradições ocidentais destruiriam a fé islâmica da nação egípcia e dos seus demais vizinhos.

Dessa forma, a Irmandade se opunha a “democracia ocidental” dos americanos, e reafirmou durante a presidência de Morsi, que era preciso que o Egito defendesse a sua soberania, opondo-se assim a invasão da ingerência americana sobre a cultura egípcia. Essa preocupação da Irmandade sobre a influência americana no território recaía nas próprias ações dos EUA na região, pois nações islâmicas não foram capazes de resistir a invasão cultural dos norte americanos (como foi o caso do Afeganistão e Iraque). Logo, a verdadeira democracia da Irmandade era pautada nos ensinamentos do islã (utilizando das instituições constitucionais do país para cumprir os mandamentos de Alá de modo pacífico), e enfatizava que nas suas relações internacionais, o Egito deveria ter uma maior aproximação com os seus vizinhos, por

isso, grande parte da política externa de Morsi teve um enfoque regional, que ressaltava a ideologia islâmica da Irmandade (HALEVI, 2012).

Em suma, as diversas fontes pesquisadas neste trabalho mostram de fato que a Irmandade é um grupo de grande relevância, pois suas ações afetam não só uma nação, mas todo um conjunto de atores e situações. Isso pode ser visto claramente nos discursos das nações sobre o futuro do Egito após a Revolução, e a possível chegada da Irmandade ao poder. Nesses discursos, ainda há vários receios pelo grupo defender e disseminar ideais e percepções islâmicas sobre o mundo, e como a vida em sociedade deveria ser. Porém, os receios das nações não impediram que a Irmandade influísse nas decisões e no processo de formulação da política externa do Egito. De fato, pode-se notar a grande ingerência do grupo na tomada de decisão de questões de cunho social, político e econômico.

O objetivo principal deste trabalho foi enfatizar como um grupo interno como o da Irmandade pode ser um ator fundamental ao influenciar outros indivíduos, instituições e até mesmo a própria política externa do país, utilizando-se dos ideais, do âmbito subjetivo para difundir seus objetivos através das ações em sociedade. A visão do mundo que a Irmandade perpetrou ao longo dos anos teve um impacto iminente no decorrer da Revolução de 2011, quando milhares de egípcios foram às ruas em busca de mudanças.

Vale ressaltar que a pesquisa realizada abrange um período muito recente (2011-2013) no estudo da política externa de Morsi, portanto, o tema é ainda pouco explorado no campo das relações internacionais. Todavia, os estudos³⁹ de vários autores contribuíram para a realização deste trabalho, pois eles mostraram várias perspectivas do futuro do Egito a partir das decisões da Irmandade Muçulmana no setor da política externa. Além destes, as pesquisas mais recentes mostraram várias análises do “fracasso” do governo Morsi, e da sua conseqüente queda, que segundo alguns autoressignificou uma derrota para o prestígio da Irmandade Muçulmana. Apesar das várias prisões de membros da Irmandade que ocorreram após a derrubada de Morsi, ainda é incerto se o grupo voltará a disseminar a sua ideologia por meio da arena política.

No entanto, pode-se afirmar que a Revolução de 2011 e os ideais propagados pela Irmandade não foram transferidos para outras sociedades intencionalmente pelo governo Morsi. Pelo contrário, Morsi não quis externar a ideologia que fora propagada dentro do Egito

³⁹ Muitos dos estudos realizados pelos autores sobre a política externa de Morsi (tais como Martini; Metzger; Shenker & Whitaker; Sharp, dentre outros citados ao longo do trabalho) são de cunho exploratório, onde vários autores construíram hipóteses sobre os eventos que iriam se desenvolver no governo Morsi e a política externa provável a ser escolhida já que ele era um ex-membro da Irmandade.

no período da Revolução através dos integrantes do grupo, mas não pôde evitar que as percepções da Irmandade disseminadas por décadas influenciassem na formulação da política externa do seu governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOUL-ENEIN, Youssef H. (2004). “**Al-Ikhwān**”. *Military Review*. (pp. 44-49)

ALJAZEERA.(2011).“**Timeline: Egypt’srevolution**”. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/01/201112515334871490.html>>. Acessado em 12 de dezembro de 2014.

_____.(2011).“**Hosni Mubarak resigns as president**”. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/02/201121125158705862.html>>. Acessado em 12 de dezembro de 2014.

BBC. (2012).“**EgyptBrotherhood candidate registers for presidency**”. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-17629067>>. Acessado em 20 de dezembro de 2014.

BENNETT, Andrew & ELMAN, Colin. (2007). “**Case estudy methods in the International Relations subfield**”. In: Comparative political studies. Vol. 40.Nº 2. (pp. 171-195)

BISHARA, Marwan. (2013). “**IslamistsandDemocracy**”.In: The Contemporary Middle East. Cap 25. (pp. 293-206).

BRACKMAN, Harold. (2011). “**Storm Warnings: The Muslim Brotherhood and Egypt’s future**”. Disponível em:<http://www.wiesenthal.com/atf/cf/%7b54d385e6-f1b9-4e9f8e94890c3e6dd277%7d/STORM_WARNINGS_MUSLIM-BROTHERHOOD_REPORT_122011.PDF>.Acessado em 02 de dezembro de 2014.

BRANDS, H.W. “**Ideas and Foreign Policy**”.(1998).In: What America Owes the World: The Struggle for the Soul of Foreign Policy. (New York: Cambridge University Press). Chapter 1. (pp. 01-14)

BROWNLEE, Jason. (2010). “**The Muslim Brothers: Egypt’s most influencial pressure group**”. In: HistoryCompass. (pp. 419-430).

CASTRO, Isabelle Christine Somma de. (2011).“**Islã e resistência política no Egito: Discurso e ação da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (1928-1949)**”. In: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR). Vol. 3. Nº9. (pp.01-10).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. (2014). **The World Factbook: People and Society in Egypt**. Disponível em: <<http://www.cia.gov/>>. Acessado em 08 de outubro de 2014.

CHEREM, Youssef. (2010). “**Jihad: Duas interpretações contemporâneas de um conceito polissêmico**”. In: Capítulo modificado da tese: A crença, a lei e a guerra: uma análise do pensamento de Isam Muhammad Tahiral-Barqawi para obtenção do título de doutor pela UNICAMP, defendida em 2010.

CLINE, Austin. “**During military review in Cairo, President Anwar Sadat is assassinated by Islamic extremists**”. Disponível em: <<http://skepticism.org/>>. Acessado em 12 de novembro de 2014.

DEMANT, PETER. (2013). **O mundo muçulmano**. 3ªed. São Paulo.

DEUS, Meireles de; CUNHA, Djanira do Espírito S.L; MACIEL, Emanoela Moreira. “**Estudo de caso na pesquisa qualitativa em educação: uma metodologia**”. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_14.pdf> . Acessado em 24 de fevereiro de 2015.

DREZNER, Daniel W. (2000). “**Ideas, Bureaucratic Politics, and the Crafting of Foreign Policy**”. In: American Journal of Political Science. Vol. 44.Nº 4. (pp. 733-749)

ELIAS, Jamal J.(2010). **Islamismo**. Edição 70: Lisboa.

GODOY, Arilda Schmidt. (1995). “**Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**”. In: Revista de Administração de Empresas, São Paulo. Vol. 35.Nº 3.(pp. 20-29).

GOLDSTEIN, Judith & KEOHANE, Robert.(1991). “**Ideas in Foreign Policy: An analytical framework**”. In: Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political change. London.Chapter 1. (pp. 03-30)

FAHIM, Kareem. (2011). **“Slap to a Man’s pride set off tumult in Tunisia”**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/01/22/world/africa/22sidi.html?pagewanted=1&_r=3&src=twrhp&>.

Acessado em 20 de dezembro de 2014.

FELSBERGER, Stefanie. (2012). **“The Future of Egyptian Foreign Policy – To what extent will Egypt’s foreign policy change under President Morsi?”**. In: Austria Institut für Europa – AIES. (pp. 01-04)

GOLD, Dore.(2013). **“F-16s to the Muslim Brotherhood”**. Disponível em: <<http://jcpa.org/article/f-16s-to-the-muslim-brotherhood/>>. Acessado em 20 de janeiro de 2015.

HABER, Joshua & IGHANI Helia. (2013). **“A delicate balancing act: Egyptian Foreign Policy after the Revolution”**. In: The Institute for Middle East Studies. (pp. 01-60)

HALEVI, Jonathan D. (2012). **“Intelligence document reveals Muslim Brotherhood role in Egyptian Revolution”**. Disponível em: <<http://jcpa.org/intelligence-document-reveals-muslim-brotherhood-role-in-egyptian-revolution/>>. Acessado em 20 de janeiro de 2015.

HALLIDAY, Fred. (1999). **“Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power”**. Durham, NC: Duke University Press.

HEAD, Jonathan. (2011). **“Egypt revolution groups plan secular election strategy”**. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-13319696>>. Acessado em 12 de dezembro de 2014.

HERZ, Monica. (1994) **“Análise cognitiva e política externa”**. In: Contexto Internacional. Rio de Janeiro. Vol. 16. No 1. (pp. 75-89).

HOUDAIBY, Ibrahim El. (2013) **“From prison to palace: The Muslim Brotherhood’s challenge and responses in post-revolution Egypt”**. In: WorkingPaper. Nº 117. (pp. 01-17)

HOURANI, Albert. (1991). **Uma História dos Povos Árabes**. Companhia de Bolso: São Paulo.

JESUS, Rodrigo Marcos de. (2005). **“Leonardo Boff: Antropologia, ontologia, cosmologia, ética e mística”**. In: Centro de Pesquisas estratégicas Paulino Soares de Sousa. Universidade Federal de Juiz de Fora. (pp. 01-22)

KHALIL, Magdi. (2006). **“Egypt’s Muslim Brotherhood and political power: would democracy survive?”**In: Middle East Review of International Affairs, Vol. 10, No. 1. (pp. 44-52)

KIRKPATRICK, David D. (2012). **“In Egypt Race, Battle Is Joined on Islam’s Role”**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/04/24/world/middleeast/in-egypt-morsi-escalates-battle-over-islams-role.html?pagewanted=all>>. Acessado em 17 de janeiro de 2015

KIRKPATRICK, David D. (2013) **“Morsi’s Slurs Against Jews Stir Concern”**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/01/15/world/middleeast/egypts-leader-morsi-made-anti-jewish-slurs.html?pagewanted=all&_r=1&>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

KLEIB, Sami. (2014) **“The Brotherhood and Iran: An Islamic alliance against strife?”**<Disponível em: <http://english.al-akhbar.com/node/19171>>. Acessado em 02 de janeiro de 2015.

LAMAS, Bárbara Gomes. (2004). **“Palestina e Israel: Acordos de Oslo, Camp David II e Mapa da Paz”**. In: Conjuntura Internacional. PUC Minas. (pp. 01-05)

LAVENDER, Linda. (2012). **“The Muslim Brotherhood: An historical perspective on current events”**. In: Civil-Military fusion Centre Mediterranean Basin Team. (pp. 01-08)

LEYNE, Jon. (2011). **“Egypt islamists widen poll lead”**. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-16017862>>. Acessado em 02 de janeiro de 2015.

MARTINI, Jeff. (2012). **“The Egyptian military wins again”**. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/137745/jeff-martini/the-egyptian-military-wins-again>>. Acessado em 22 de dezembro de 2014.

METZGER, Fábio. (2013). **“Partidos Políticos e eleições no Egito: O enigma de uma transição”**. In: Trabalho apresentado no III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política na USP, em 22 de abril de 2013. São Paulo. Departamento de Ciência Política. (pp. 01-27)

MITCHELL, Richard P. (1969) **The Society of the Muslim Brothers**. Oxford University Press: New York.

PERRY, G. E. (2004). **“The history of Egypt”**. Westport, Connecticut: Greenwood Press.

PIRES, Guilherme Di Lorenzo. (2013) **“A Irmandade Muçulmana na Síria”**. Revista Conjuntura Austral. Vol. 4. Nº 20. (pp. 24-34)

QUTB, Sayyid. (1952). **“A symbol of Islamic unity”**. In: **In the Shade of the Qur’an**. Vol. 1. (pp. 234-246)

SERVOLD, Gary M. (2003). **“The Muslim Brotherhood and Islamic Radicalism”**. In: Know the enemy: Profiles of adversary leaders and their strategic cultures. Ed Barry R. Schneider et al. (Maxwell AFB, Ala: USAF Counterproliferation Center). (pp. 41-84).

SHARP, Jeremy M. (2014). **“Egypt background and U.S relations”**. In: Congressional Research Service. (pp. 01-21)

SHENKER, Jack & WHITAKER, Brian. (2011). **“The Muslim Brotherhood uncovered”**. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2011/feb/08/egypt-muslim-brotherhood-uncovered>>. Acessado em 10 de dezembro de 2014.

SILVA, Alexandra de Mello. (1998) **“Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações”**. In: Revista Bras. Polít. Int. 41 (2). (pp. 139-158)

SILVEIRA, Isadora Loreto da.(2013). **“Mudança e continuidade na política externa egípcia: da ascensão de Hosni Mubarak à presidência e derrubada de Mohammed Morsi”**.In:Trabalho de conclusão apresentado na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRS para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais. Porto Alegre. (pp. 01-71)

SOARES de Azevedo, Mateus. (2001). **“Iniciação ao Islã e Sufismo”**. Editora Nova Era.

SONN,Tamara.(2001). **“UmaBreveHistóriadoIslã”**.JoséOlympioeditora:RiodeJaneiro.

SOUZA, Carlos Frederico Barloze de. (2005). **“O sufismo como dimensão mística do islã”**. In: Horizonte. Belo Horizonte. Vol. 4.Nº 7. (pp. 76-94)

THE PERMANENT MISSION OF EGYPT. (2012).**“Statement of H.E. Dr. Mohamed Morsi, president of the Arab Republic of Egypt”**.Disponívelem: <http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/67/EG_en.pdf>. Acessado em 02 de janeiro de 2015.

TRAGER, Eric.(2012). **“The MuslimBrotherhood'slong game”**.Disponívelem:<<http://www.foreignaffairs.com/articles/137770/eric-trager/the-muslim-brotherhoods-long-game>>. Acessado em 02 de dezembro de2014.

TRAGER, Eric; KIRALY, Katie; KLOSE, Cooper & CALHOUN, Eliot. (2012). **“Who's Who in Egypt's MuslimBrotherhood”**.Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/whos-who-in-the-muslim-brotherhood>>. Acessado em 12 de janeiro de 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **“The GeopoliticsofArabTurmoil”**.Doha: Al Jazeera Center for StudiesReports, 27 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://studies.aljazeera.net>>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

WARNER, Carolyn M.& WALKER, Stephen G. (2011). **“Thinking about the role of Religion in Foreign Policy: A framework for analysis”**. In: Foreign Policy Analysis. . (pp.113-135)

ZEGHAL, Malika. (1999). **“Religion and Politics in Egypt: The Ulema of Al-Azhar, Radical Islam, and the State (1952-1994)”**. In: Middle East Studies. (pp. 371-399).